

Projetos para Votação em Plenário

1) PL 391/1999	Ver. WADIIH MUTRAN (PP)	Votação			
DISPÕE SOBRE A LIBERAÇÃO PARA QUE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E PROFISSIONAIS LIBERAIS FUNCIONEM NA RESIDENCIA DE SEUS TITULARES, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre a liberação para que microempresas, empresas de pequeno porte e profissionais liberais funcionem na residência de seus titulares, desde que: i) não estejam situadas em áreas ou zonas de preservação ambiental; ii) não estejam situadas no em torno de bens tombados ou em áreas de preservação permanente; iii) não ocupem faixas ou áreas “non aedificandi”; iv) não ocupem partes comuns ou unidades de edificações multi-familiares de uso exclusivamente residencial, sem a autorização, com unanimidade, do condomínio; v) não estejam situadas em áreas ou zonas estritamente de uso residencial. O art. 4º determina que não será concedida liberação nos termos desta lei para o estabelecimento e funcionamento das seguintes atividades: i) estabelecimento de ensino; ii) clínicas médicas ou veterinárias com intervenções; iii) comércio de produtos químicos ou combustíveis; iv) bancos de sangue ou laboratórios de análises clínicas; v) comércio de armas e munições; vi) casas de diversões; vii) comércio de fogos e artifícios.

Segundo o art. 6º, os imóveis ocupados pelas microempresas e empresas de pequeno porte serão considerados de destinação residencial, para efeito de lançamento e cobrança do IPTU.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade com apresentação de substitutivo “visando adequar a propositura à melhor técnica de elaboração legislativa”. (fl. 09).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: foram realizadas duas audiências públicas às folhas 17-26 (com menção ao PL às folhas 18-26) e 55-77 (com menção do PL às folhas 56-59).

Foram feitos quesitos ao Executivo (fl. 27) com resposta do Executivo às folhas 31-53:

- “A medida proposta, no contexto da Legislação de Uso e Ocupação do Solo em vigor, nada mais é do que permitir o uso misto entre a categoria de uso residencial com outras categorias não residenciais. Em se tratando da matéria a Lei nº 9.483, de 22 de junho de 1982, já prevê a possibilidade de implantação do uso misto, em qualquer zona de uso e envolvendo quaisquer categorias de uso, desde que todas sejam uso conforme na zona de uso em que se pretenda instalar. Além disso, a implantação do uso misto está sujeito ao atendimento das demais regras estabelecidas como as relativas aos acessos às atividades, que devem ser independentes, às necessidades de vagas de estacionamento de veículos, à largura de vias e outras. (...) **Portanto, além do fato de já existir regulamentação sobre o tema, a legislação em vigor é muito mais abrangente do que aquilo que está sendo proposto no projeto.** Dessa forma, opinamos pelo veto do Projeto de Lei nº 391/99 na sua totalidade”. (fl. 32).

- “Sobre esse assunto, compartilhamos com o entendimento da SEMPLA, consubstanciado às fls. 10, de que a matéria já está disciplinada, de forma mais detalhada e abrangente na Legislação de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, na parte onde são referidas as possibilidades e condições de implantação de

uso misto quando uma das categorias for a residencial. Em razão disso, entendemos que a sanção desse PL pelo Executivo irá contribuir para aumentar, desnecessariamente, a complexidade da legislação em vigor, podendo assim suscitar muitas questões problemáticas tanto no que se refere à sua aplicação, como no que diz respeito ao seu atendimento e fiscalização, além de onerar ainda mais o Corpo Fiscalizatório Municipal que, a nosso juízo, já se encontra sobrecarregado em razão da extensa pauta de atribuições que lhes são conferidas por uma ampla e variada gama de normas legais. Pelo exposto, manifestamo-nos pelo veto. (fl. 38).

A Comissão exarou parecer contrário:

- “(...) não seria possível, como se pretende alguns incisos do artigo 1º do projeto, restringir a instalação de certas atividades em determinadas zonas de uso, pelo fato de serem microempresas ou empresas de pequeno porte, ou mesmo não permitir o uso de bens tombados, desde que sejam respeitadas as normas pertinentes. Da mesma forma, as restrições às ocupações de faixas “non aedificandi” e de área de preservação permanente encontram-se devidamente previstas em legislação.” (fl.85).

- “Além disso, embora o projeto de lei considere microempresas e empresas de pequeno porte aquelas que possuam até dois empregados, a definição destas duas categorias de empresa encontra-se estabelecida na Lei Federal Complementar nº 123/2006 que, entre outros aspectos, instituiu o Estatuto nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e baseia-se unicamente no critério de ‘receita bruta anual’”. (fl. 85).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 87 e 88).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, o projeto geraria despesas de fiscalização, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

Regimento Interno

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia
Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**
PROJETO DE LEI Nº 391/1999

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Wadih Mutran, visa a liberação para que microempresas, empresas de pequeno porte e profissionais liberais funcionem na residência de seus titulares, desde que: i) não estejam situadas em áreas ou zonas de preservação ambiental; ii) não estejam situadas no em torno de bens tombados ou em áreas de preservação permanente; iii) não ocupem faixas ou áreas "non aedificandi"; iv) não ocupem partes comuns ou unidades de edificações multi-familiares de uso exclusivamente residencial, sem a autorização, com unanimidade, do condomínio; v) não estejam situadas em áreas ou zonas estritamente de uso residencial.

O art 4º determina que não será concedida liberação nos termos desta lei para o estabelecimento e funcionamento das seguintes atividades: i) estabelecimento de ensino; ii) clínicas médicas ou veterinárias com intervenções; iii) comércio de produtos químicos ou combustíveis; iv) bancos de sangue ou laboratórios de análises clínicas; v) comércio de armas e munições; vi) casas de diversões; vii) comércio de fogos e artifícios.

Segundo o art. 6º, os imóveis ocupados pelas microempresas e empresas de pequeno porte serão considerados de destinação residencial, para efeito de lançamento e cobrança do IPTU.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo "visando adequar a propositura à melhor técnica de elaboração legislativa".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

2) PL 655/2009	Ver. CHICO MACENA (PT); Ver. NABIL BONDUKI (PT)	Votação			
ALTERA A LEI 14.266, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (SOBRE O SISTEMA CICLOVIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.)			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. PAULO FIORILO (PT)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COM. POLÍTICA URBANA					

Obs: Vistas ao Ver. Ricardo Nunes em 06/08/2014. Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 02/06/2015 a pedido do Ver. Aurélio Nomura.

ASSUNTO: visa alterar a Lei 14.266, de 6 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a criação do Sistema Cicloviário no Município de São Paulo. Entre as disposições da propositura, os terminais intermunicipais de ônibus, estações de trens, estações do metrô, órgãos públicos, centros de lazer, centros comerciais e de serviços, shopping centers, condomínios comerciais e residenciais, hospitais, cursos, escolas públicas ou privadas, os centros educacionais, faculdades públicas ou privadas ou qualquer outra instituição de

ensino, fábricas, supermercados, agências bancárias, academias, instalações desportivas, praças, museus, teatros, cinemas, casas de cultura, centro culturais, casas de shows, estacionamento públicos ou privados, calçadões, centro de convenções e centro de eventos deverão possuir espaços seguros para estacionamento de bicicletas, com paraciclos ou bicicletário, como parte de infraestrutura de apoio a este modal de transporte. Atualmente, a Lei 14.226 abrange: os terminais e estações do Sistema Integrado de Transporte de Passageiro, edificações públicas, condomínios, indústrias, parques, centro de compras.

A propositura dispõe também que os locais de estacionamento públicos e privados devem reservar espaço para estacionamento de bicicletas, na proporção de uma vaga de bicicleta para cada 10 vagas de automóveis. Nos estacionamentos pagos, o valor cobrado pelo estacionamento de bicicleta não poderá ser superior a 33% do correspondente ao cobrado pelo estacionamento de automóvel. Os estabelecimentos mencionados deverão adequar-se as disposições desta lei no prazo de 360 dias. A inobservância pelos estabelecimentos privados das disposições desta lei, sujeitará o infrator as seguintes penalidades: advertência, multa de R\$ 1.000,00, dobrada na reincidência e cassação do alvará de funcionamento.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: parecer pela **constitucionalidade** e pela **legalidade**, na forma de **substitutivo** proposto para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa (fls. 27 a 35).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: foram realizadas duas audiências públicas, a primeira em 21/09/2011 (fls 37 a 54) contando com a manifestação de diversas entidades, e a segunda em 20/06/2012 (fls. 56) na qual foi apresentado o texto da propositura. Essa Comissão exarou parecer **favorável**, apresentando, porém, **substitutivo ao substitutivo aprovado pela CCJLP**, acolhendo sugestões do próprio autor levando em conta as manifestações em audiência pública (fls 58 a 66). Entre as alterações apresentadas no substitutivo, destacam-se: os locais de estacionamento públicos e privados devem reservar **3%** de sua área para estacionamento de bicicletas; nos estacionamentos pagos, o valor cobrado pelo estacionamento de bicicleta não poderá ser superior a **10%** do correspondente ao cobrado pelo estacionamento de automóvel; a inobservância pelos estabelecimentos privados das disposições desta lei sujeitará o infrator as seguintes penalidades: advertência, multa de **R\$ 5.000,00**, dobrada na reincidência, e cassação do alvará de funcionamento.

Comissão de Administração Pública: parecer **favorável** nos termos do **substitutivo** aprovado pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente (fls. 71 a 72)

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer **favorável** nos termos do **substitutivo** aprovado pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente (fls. 74 a 76)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, "e", do Regimento Interno:

Regimento Interno

"Art. 47 É da competência específica:

....
II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....
e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;"

Não consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Rodrigo Mantovani Policano / Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 655/2009

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Chico Macena e Nabil Bonduki, visa alterar a Lei nº 14.266, de 6 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a criação do Sistema Ciclovitário no Município de São Paulo.

A propositura estabelece, dentre outras disposições, que os terminais intermunicipais de ônibus, estações de trens, estações do metrô, órgãos públicos, centros de lazer, centros comerciais e de serviços, shopping centers, condomínios comerciais e residenciais, hospitais, cursos, escolas públicas ou privadas, os centros educacionais, faculdades públicas ou privadas ou qualquer outra instituição de ensino, fábricas, supermercados, agências bancárias, academias, instalações desportivas, praças, museus, teatros, cinemas, casas de cultura, centros culturais, casas de shows, estacionamentos públicos ou privados, calçadões, centro de convenções e centro de eventos deverão possuir espaços seguros para estacionamento de bicicletas, com paraciclos ou bicicletário, como parte de infraestrutura de apoio a este modal de transporte. Atualmente, a Lei 14.226 abrange os terminais e estações do Sistema Integrado de Transporte de Passageiros, edificações públicas, condomínios, indústrias, parques e centro de compras.

O projeto dispõe também que os locais de estacionamento públicos e privados devem reservar espaço para estacionamento de bicicletas, e, nos estacionamentos pagos, o valor cobrado pelo estacionamento de bicicleta não poderá ser superior a um percentual do correspondente ao cobrado pelo estacionamento de automóvel.

Ainda de acordo com a propositura, os estabelecimentos mencionados deverão adequar-se às suas disposições no prazo de 360 dias, e a inobservância de suas disposições pelos estabelecimentos privados sujeitará o infrator às seguintes penalidades: advertência, multa (dobrada na reincidência), e cassação do alvará de funcionamento.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo em seu parecer, onde adapta o projeto a melhor técnica de elaboração legislativa.

A douta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente realizou duas audiências públicas, apresentando em seu parecer substitutivo ao substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, acolhendo sugestões de um dos autores, levando em conta as manifestações em audiência pública.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Pauta da 15ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 17/06/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

3) PL 65/2010	Ver. GILSON BARRETO (PSDB); Ver. EDUARDO TUMA (PSDB); Ver. MÁRIO COVAS NETO (PSDB); Ver. AURELIO NOMURA (PSDB); Ver. FLORIANO PESARO (PSDB); Ver. MARA GABRILLI (PSDB); Ver. CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB); Ver. CALVO (PMDB); Ver. MARTA COSTA (PSD)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
		ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO III DO ARTIGO 2º DA LEI 11.614, DE 13 DE JULHO DE 1994, AMPLIANDO A FAIXA DE ISENÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, COMO ESTABELECE. (AMPLIA DE TRÊS PARA QUATRO SALÁRIOS MÍNIMOS A RENDA MENSAL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS PASSÍVEIS DE ISENÇÃO DE IPTU)			
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)					
Parecer: CONTRARIO Há voto em separado do Ver. Aurélio Nomura: FAVORÁVEL COM SUBSTITUTIVO.					

Obs: Vistas ao Ver. Alfredinho em 06/08/2014. Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 06/05/2015 a pedido dos Vereadores Jair Tatto e Ota. Adiado por 1 (uma) sessão em 20/05/2015 a pedido do Ver. Milton Leite. Adiado por 2 (duas) sessões em 02/06/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo.

ASSUNTO: altera a redação do inciso III do art. 2º da Lei nº 11.614, de 13 de julho de 1994 — que concede isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano e taxas que especifica incidentes sobre imóvel integrante do patrimônio de aposentados, pensionistas e beneficiários de renda mensal vitalícia —, ampliando a faixa de isenção do referido imposto. O projeto em tela visa alterar essa legislação que concede isenção de IPTU aos aposentados, pensionistas e beneficiários de renda mensal vitalícia, aumentando a faixa de isenção dessa população alvo mediante incremento do limite de rendimento mensal de 3 (três) para 4 (quatro) salários mínimos. Na sua justificativa, os nobres Autores ressaltam que “em função do desenvolvimento da economia brasileira, do reajuste natural dos preços no tempo, e da queda do poder real de compra de aposentados e pensionistas, que em muito se dá em função de descompasso entre o reajuste de seus benefícios e o reajuste real dos preços, passados 15 (quinze) anos da instituição daquele parâmetro, torna-se diligente e razoável incrementar o mesmo de 3 (três) para 4 (quatro) salários mínimos”.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitaram quesitos ao Executivo (fls.25/26), com resposta a fls.28/37, concluindo pela “inviabilidade da propositura, pois seu objetivo já se encontra atendido pela legislação tributária, restando impossibilitada a análise do respectivo impacto financeiro” (fl.28). **Manifestação da Secretaria Municipal de Finanças:** “(...) A justificativa presente no citado PL funda-se na questão da pretensa queda do poder real de compra dos aposentados e pensionistas em função do descompasso entre o reajuste de seus benefícios e o reajuste real dos preços. Ocorre que a faixa de isenção atualmente prevista foi referenciada não em unidades monetárias nominais (Reais), mas em “salários mínimos”, justamente para se evitar o efeito inflacionário sobre as faixas de renda estipuladas. De fato, desde 1994 o valor do salário mínimo vem sendo reajustado anualmente em patamar superior ao da inflação, conforme pode ser verificado no quadro de fl. 15. Assim, é forçoso concluir que o objetivo já se encontra instituído na legislação atual. No que tange ao questionamento da eventual renúncia fiscal, insta ressaltar que a Administração Tributária não dispõe em seus cadastros das

informações referentes à quantidade de imóveis de propriedade de aposentados, pensionistas ou beneficiários do INSS que recebam entre 3 (três) e 4 (quatro) salários mínimos. Dessa forma, exsurge inviabilizada a tentativa de se estimar a renúncia fiscal com o escopo de se atender a exigência contida no art. 14 da L.C. nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). (...) a necessidade de compensação da extensão do benefício com o aumento objetivo de carga tributária, a fim de se cumprir o disposto no inciso II do artigo supracitado, acabará por onerar os orçamentos dos demais municípios. Da mesma forma, se por alternativa reduzirem-se as despesas com os serviços públicos prestados pela municipalidade, em decorrência da renúncia fiscal, tal medida afetará principalmente a parcela da população mais necessitada de tais benefícios. (...) apesar do nobre ideal contido no Projeto de Lei sob exame, acreditamos que a Proposta de Lei Municipal deva ser rejeitada eis que seu objetivo já se encontra atendido pela legislação hodierna, pela impossibilidade de ser realizada estimativa quanto ao seu impacto, e pela gravidade das medidas compensatórias decorrentes da renúncia fiscal" (fl.35). A Comissão exarou parecer pela **constitucionalidade e legalidade** (fls.43/44).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável (fls.49/50).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável (fl.51)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto implicará ao Executivo aumento de renúncia de receita fiscal, em virtude da isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, o que vai de encontro ao que preconiza o Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ressalte-se que a Lei 11.614/94 foi alterada pela Lei Nº 15.889, de 5 de novembro de 2013, conforme quadro acima. A Lei 15.889 concede isenção parcial de 50% aos que recebem entre 3 e 4 salários (aposentados, pensionistas e beneficiários de renda vitalícia) e cujo valor do imóvel não seja superior a R\$ 1 milhão.

Para manter o objetivo do PL 65/2010, de dar isenção total para os mencionados acima que recebem até 4 salários mínimos, será necessário:

- alterar o inciso I do art. 1º, de "I – 100% (cem por cento), quando o valor bruto recebido pelo interessado for de até 3 (três) salários mínimos;" para "I – 100% (cem por cento), quando o valor bruto recebido pelo interessado for de até 4 (quatro) salários mínimos;"
- revogar o inciso II.

Ressalte-se que a sugestão acima mantém o limite de R\$ 1 milhão do valor do imóvel.

Constam dos autos do processo as estimativas/demonstrações/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigidas pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 14 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

☐ **sim** ☒ **não**

I - **demonstração** pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de **medidas de compensação**, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

☐ **sim** ☒ **não**

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultor Técnico Legislativo - Economia
Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 65/2010

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Mara Gabrilli, Marta Costa, Floriano Pesaro, Aurélio Nomura, Calvo, Gilson Barreto, Claudinho de Souza, Mário Covas Neto e Eduardo Tuma, visa alterar a redação do inciso III do art. 2º da Lei nº 11.614, de 13 de julho de 1994 — que concede isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano e taxas que especifica incidentes sobre imóvel integrante do patrimônio de aposentados, pensionistas e beneficiários de renda mensal vitalícia —, ampliando a faixa de isenção do referido imposto.

A propositura objetiva alterar essa legislação que concede isenção de IPTU aos aposentados, pensionistas e beneficiários de renda mensal vitalícia, aumentando a faixa de isenção dessa população alvo mediante incremento do limite de rendimento mensal de 3 (três) para 4 (quatro) salários mínimos. Na sua justificativa, os nobres Autores ressaltam que “em função do desenvolvimento da economia brasileira, do reajuste natural dos preços no tempo, e da queda do poder real de compra de aposentados e pensionistas, que em muito se dá em função de descompasso entre o reajuste de seus benefícios e o reajuste real dos preços, passados 15 (quinze) anos da instituição daquele parâmetro, torna-se diligente e razoável incrementar o mesmo de 3 (três) para 4 (quatro) salários mínimos”.

Ocorre que a Lei 11.614/94, foi alterada pela Lei 15.889, de 5 de novembro de 2013, que passou a conceder isenção parcial de 50% aos aposentados, pensionistas e beneficiários de renda vitalícia, definidos no artigo 1º da Lei nº 13.776, de 10/02/2004 que recebem entre 3 e 4 salários e cujo valor do imóvel não seja superior a R\$ 1 milhão.

Em resposta a quesitos da douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, o Executivo pondera que “a faixa de isenção atualmente prevista foi referenciada não em unidades monetárias nominais (Reais), mas em “salários mínimos”, justamente para se evitar o efeito inflacionário sobre as faixas de renda estipuladas. De fato, desde 1994 o valor do salário mínimo vem sendo reajustado anualmente em patamar superior ao da inflação, (...) Assim, é forçoso concluir que o objetivo já se encontra instituído na legislação atual. No que tange ao questionamento da eventual renúncia fiscal, insta ressaltar que a Administração Tributária não dispõe em seus cadastros das informações referentes à quantidade de imóveis de propriedade de aposentados, pensionistas ou beneficiários do INSS que recebam entre 3 (três) e 4 (quatro) salários mínimos. Dessa forma, exsurge inviabilizada a tentativa de se estimar a renúncia fiscal com o escopo de se atender a exigência contida no art. 14 da L.C. nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). (...) a necessidade de compensação da extensão do benefício com o aumento objetivo de carga tributária, a fim de se cumprir o disposto no inciso II do artigo supracitado, acabará por onerar os orçamentos dos demais municípios. Da mesma forma, se por alternativa reduzirem-se as despesas com os serviços públicos prestados pela municipalidade, em decorrência da renúncia fiscal, tal medida afetará principalmente a parcela da população mais necessitada de tais benefícios”.

Quanto aos aspectos atinentes a esta Comissão, apesar das elevadas intenções dos nobres Autores, consideramos que a matéria não deve prosperar. Com efeito, apesar de a Prefeitura Municipal não dispor de cadastro que relacione a renda dos contribuintes do IPTU, fica claro que a entrada em vigor do projeto implicaria aumento da renúncia fiscal já prevista na Lei 15.889/2013. Essa redução da receita desse imposto fundamental para as finanças municipais efetivamente significaria menos recursos para atendimento das inúmeras demandas sociais, e consideramos que o benefício conforme estabelece a referida Lei 15.889/2013 já vem ao encontro da justiça fiscal.

Destarte, **contrário** ao projeto é o parecer.

4) PL 135/2011	Ver. DALTON SILVANO (PV)	Votação			
DISPÕE DA OBRIGATORIEDADE DA PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, A INSTALAR BATERIAS DE EMERGÊNCIA (NO BREAKS) NOS SEMÁFOROS DA CIDADE.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 02/06/2015 a pedido do Ver. Ricardo Nunes.

ASSUNTO: obriga a Prefeitura de São Paulo a instalar baterias de emergência em todos os semáforos das vias públicas da cidade.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade e constitucionalidade, com substitutivo para adaptar a propositura a melhor técnica legislativa (fls. 17-19). Há voto vencido pela ilegalidade (fls. 20-21).

Comissão de Administração Pública: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 25).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 26-27).

Comissão de Finanças e Orçamento:

Solicitadas informações ao Executivo (fls. 28), com resposta a fls. 30/38:

- "... a Diretoria de Sinalização vem se manifestar contrária a aprovação do referido projeto de Lei nos fundamentos enumerados abaixo:

1) A cidade de São Paulo possui mais de 55.000 (cinquenta e cinco mil) SEMÁFOROS, o que seria inadmissível a instalação em cada um deles como previsto no Projeto...

2) Não se pode determinar por Lei, que seja instalado equipamentos conhecidos como No-Break, em locais pré-determinados sem analisar tecnicamente a viabilidade e necessidade...

3) ... está em implantação 342 equipamentos tipo No-Break até o final do mês de Agosto do corrente ano [despacho com data de 29/07/2013]...

4) Está em fase de contratação empresas para efetuarem a recuperação do Sistema de Sinalização de Tráfego da cidade... com a implantação de mais 1.400 unidades de No-Breaks..” – Diretor de Sinalização e Suprimentos – Companhia de Engenharia de Tráfego (fls. 31).

- “O valor estimado para aquisição de 01 (um) equipamento de nobreak é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)” – Diretor de Sinalização e Suporte à Fiscalização de Trânsito – CET (fls. 35).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

A instalação de baterias de emergência — e a sua manutenção posterior — em todos os semáforos da cidade tem impacto orçamentário-financeiro. Com os dados da resposta do Executivo, o custo para aquisição de nobreaks para todos os 55 mil semáforos seria de R\$ 10.000,00 x 55.000 = R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), sem considerar os que já têm instalado o equipamento e também não considerando sua instalação e manutenção.

Consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 16 - ...

....

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das **premissas e metodologia de cálculo** utilizadas.

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 17 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a **estimativa** prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de **comprovação** de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 4º ...

.....

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A **comprovação** referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

☐ **sim** ☒ **não**

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 135/2011

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Dalton Silvano, visa obrigar a Prefeitura de São Paulo a instalar baterias de emergência em todos os semáforos das vias públicas da Cidade.

Em seu parecer, a douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo para adaptar a propositura à melhor técnica legislativa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

5) PL 297/2011	Ver. ANIBAL DE FREITAS FILHO (PSDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BÔNUS DESTINADO A "INSPEÇÃO VEICULAR AMBIENTAL", COMO INCENTIVO À REDUÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.			Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)
	Ver. JAIR TATTO (PT)
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)
	Ver. OTA (PROS)
	Ver. PAULO FIORILO (PT)
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 02/06/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo.

ASSUNTO: institui o “bônus ambiental”, a ser concedido à pessoa física ou jurídica proprietário(a) ou arrendatário(a) mercantil de veículo automotor registrado no DETRAN/SP, com a finalidade de reduzir acidentes de trânsito.

A propositura condiciona a referida concessão ao veículo automotor aprovado na inspeção veicular e que, no ano anterior, não tenha tido nenhuma autuação por infração de trânsito por excesso de velocidade e desrespeito ao semáforo. Determina o projeto, ademais, que o “bônus ambiental” corresponderá ao valor do preço público pago à empresa concessionária do serviço de inspeção veicular na Cidade de São Paulo, na data do agendamento de tal serviço, e que deverá ser pago ao proprietário(a) ou arrendatário(a) de veículo automotor, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias por solicitação deste, bastando declarar, sob as penas da lei, a inexistência dessas infrações no período de janeiro a dezembro do ano anterior ao período anual da inspeção veicular obrigatória. Dentre outros dispositivos, determina ainda a propositura que a solicitação do pagamento do “bônus ambiental” será efetivada no site da Prefeitura do Município de São Paulo, onde o beneficiário indicará uma agência bancária e número da conta corrente na qual deverá ser efetuado o crédito do valor correspondente ao “bônus ambiental”. Na sua justificativa, o nobre Autor ressalta que “Além de incentivar a obediência aos limites de velocidade, que resulta na redução de acidentes de trânsito e em consequentes reduções de altíssimos custos hospitalares de responsabilidade do sistema único de saúde-SUS, este projeto de lei tem o condão de evitar o sofrimento de milhares de famílias de São Paulo e do Brasil” (fls. 3).

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 67/69).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: realizou duas audiências públicas (09/05/2012 – fls. 70/82 [menção do PL a fl. 74] e 23/05/2012 – fls. 83/88 [menção a fl. 85]), entretanto não houve manifestação a respeito da propositura. A Comissão exarou parecer **favorável** (fls. 89/91), com apresentação de substitutivo visando “corrigir o número da lei mencionada no § 2º do art. 1º para 14.717, e não 14.714 como consta no projeto original” (fls. 89).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável

ao substitutivo da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente (fls. 92/96).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

Regimento Interno

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Importa mencionar que a Lei 11.733/95, referida no § 2º do art. 1º, foi alterada também pela Lei 15.688/2013. Ademais, o art. 208 do Código de Trânsito Brasileiro considera como infração “Avançar o sinal vermelho do semáforo ou o de parada obrigatória”.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa – Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 297/2011

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Anibal de Freitas, visa instituir o “bônus ambiental”, a ser concedido à pessoa física ou jurídica proprietário(a) ou arrendatário(a) mercantil de veículo automotor registrado no DETRAN/SP, com a finalidade de reduzir acidentes de trânsito. Condiciona a referida concessão ao veículo automotor aprovado na inspeção veicular e que no ano anterior não tenha nenhuma autuação por infração de trânsito por excesso de velocidade e desrespeito ao semáforo. Determina que o “bônus ambiental” corresponderá ao valor do preço público pago à empresa concessionária do serviço de inspeção veicular na cidade de São Paulo, na data do agendamento de tal serviço, e que deverá ser pago ao proprietário(a) ou arrendatário(a) de veículo automotor, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias por solicitação deste, bastando declarar, sob as penas da lei, a inexistência dessas infrações no período de janeiro a dezembro do ano anterior ao período anual da inspeção veicular obrigatória. Entre outros dispositivos, determina ainda a propositura que a solicitação do

pagamento do “bônus ambiental” será efetivada no *site* da Prefeitura do Município de São Paulo, onde o beneficiário indicará uma agência bancária e nº da conta corrente na qual deverá ser efetuado o crédito do valor correspondente ao “bônus ambiental”. Na sua justificativa, o nobre Autor ressalta que “Além de incentivar a obediência aos limites de velocidade, que resulta na redução de acidentes de trânsito e em consequentes reduções de altíssimos custos hospitalares de responsabilidade do sistema único de saúde-SUS, este projeto de lei tem o condão de evitar o sofrimento de milhares de famílias de São Paulo e do Brasil”.

A douta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente apresentou substitutivo, visando adaptar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa, corrigindo “o número da lei mencionada no § 2º do art. 1º para 14.717, e não 14.714 como consta no projeto original”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor, porquanto as despesas para sua execução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Contudo, tendo em vista que a Lei nº 11.733, de 27 de março de 1995, que criou o Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso, foi alterada pela Lei 15.688/2013, e também considerando que o art. 208 do Código de Trânsito Brasileiro considera como infração “avançar o sinal vermelho do semáforo ou o de parada obrigatória”, apresentamos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 297/2011

Dispõe sobre a concessão de “bônus ambiental” como incentivo à redução de acidentes de trânsito, no âmbito do Município de São Paulo.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de São Paulo, o “bônus ambiental”, a ser concedido à pessoa física ou jurídica proprietária ou arrendatária mercantil de veículo automotor registrado no DETRAN/SP, com o objetivo de reduzir acidentes de trânsito.

§ 1º O bônus ambiental será concedido atendidas, simultaneamente, as seguintes condições:

I – aprovação do veículo automotor na inspeção veicular;

II – inexistência de autuação por infração de trânsito relativa a excesso de velocidade, avanço do sinal vermelho do semáforo ou de parada obrigatória no Município de São Paulo no período de janeiro a dezembro do ano anterior ao da inspeção veicular.

§ 2º O bônus ambiental referido neste artigo corresponderá ao valor do preço público pago à empresa concessionária do serviço referente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso, criado pela Lei nº 11.733, de 27 de março de 1995, alterada pelas Leis nº 12.157, de 9 de agosto de 1996, nº 14.717, de 17 de abril de 2008, e nº 15.688, de 11 de abril de 2013, na data do agendamento de tal serviço.

Art. 2º O bônus ambiental deverá ser pago ao proprietário ou arrendatário de veículo automotor, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias por solicitação deste, bastando declarar, sob as penas da lei, a inexistência de infrações mencionadas no inciso II do § 1º do art. 1º desta lei no período de janeiro a dezembro do ano anterior ao da inspeção veicular obrigatória.

Art. 3º A Prefeitura do Município de São Paulo poderá obter a confirmação da CET ou do DETRAN/SP sobre o não cometimento de infração de que trata o § 1º do art. 1º desta lei para o período de concessão do bônus ambiental.

Art. 4º A solicitação do pagamento do bônus ambiental será efetivada no *site* da Prefeitura do Município de São Paulo, onde o beneficiário indicará uma agência bancária e nº da conta corrente na qual deverá ser efetuado o crédito do valor correspondente ao bônus ambiental.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de São Paulo, nos moldes do que foi feito para a devolução

do preço pago pela inspeção veicular, adotará os mecanismos necessários para o pagamento do bônus ambiental ora criado.

Art. 5º O pagamento do bônus ambiental ora instituído, de caráter educativo, que tem como fato gerador a inexistência de multas de trânsito conforme o inciso II do § 1º do art. 1º desta lei, independe de o veículo estar licenciado ou sujeito a quitação de quaisquer débitos do proprietário ou arrendatário relacionados com tributos municipais.

Art. 6º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Caberá ao Poder Executivo a regulamentação da presente lei no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de sua vigência.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

6) PL 611/2011	Ver. DAVID SOARES (PSD)	Votação			
CRIA O MUSEU MUNICIPAL DA AVIAÇÃO ALBERTO SANTOS DUMONT, E FIXA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB) Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão em 10/06/2015.

ASSUNTO: Visa criar o Museu Municipal da Aviação Alberto Santos Dumont.

De acordo com o art. 2º, o acervo do Museu Alberto Santos Dumont poderá conter aeronaves atuais, modernas e antigas, incluindo exemplares de helicópteros, hidroaviões, com obras originais, réplicas e maquetes, abrangendo várias categorias de aeronaves, além de acervo fotográfico e jornalístico.

O art. 3º deixa a cargo do Poder Executivo a indicação do local e suas dependências para sede do acervo do Museu, em local amplo e de fácil acesso ao público.

O acervo do Museu Municipal da Aviação Alberto Santos Dumont, será composto por doações e empréstimos por Fundações de Aviação, pela Aeronáutica, Museus de Aviação, instituições privadas, pessoas físicas que queiram contribuir, entre outros.

Estabelece o art. 5º que a Secretaria Municipal de Cultura será o órgão responsável pela implantação e gerência do Museu Municipal da Aviação Alberto Santos Dumont.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: (fls. 49-50) pela legalidade.

Comissão de Administração Pública: (fl. 52) Favorável.

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: (fl. 53) Favorável.

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada

das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

Regimento Interno

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

PROJETO DE LEI Nº 611/2011

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador David Soares, visa criar o Museu Municipal da Aviação Alberto Santos Dumont.

De acordo com o art. 2º, o acervo do Museu Alberto Santos Dumont poderá conter aeronaves atuais, modernas e antigas, incluindo exemplares de helicópteros, hidroaviões, com obras originais, réplicas e maquetes, abrangendo várias categorias de aeronaves, além de acervo fotográfico e jornalístico.

O art. 3º deixa a cargo do Poder Executivo a indicação do local e suas dependências para sede do acervo do Museu, em local amplo e de fácil acesso ao público.

O acervo do Museu Municipal da Aviação Alberto Santos Dumont será composto por doações e empréstimos por Fundações de Aviação, pela Aeronáutica, Museus de Aviação, instituições privadas e pessoas físicas que queiram contribuir, dentre outros.

Estabelece o art. 5º que a Secretaria Municipal de Cultura será o órgão responsável pela implantação e gerência do Museu Municipal da Aviação Alberto Santos Dumont.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

7) PL 520/2012	Ver. FLORIANO PESARO (PSDB); Ver. AGNALDO TIMÓTEO (PR); Ver. SANDRA TADEU (DEMOCRATAS); Ver. CARLOS APOLINARIO (PMDB); Ver. NETINHO DE PAULA (PDT); Ver. ITALO CARDOSO (PT); Ver. ALFREDINHO (PT); Ver. SENIVAL MOURA (PT); Ver. CELSO JATENE (PTB); Ver. ELISEU GABRIEL	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-

Comissão de Finanças e Orçamento
Pauta da 15ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 17/06/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

	(PSB); Ver. ATTILA RUSSOMANNO (PP); Ver. MARTA COSTA (PSD); Ver. CLAUDIO FONSECA (PPS)	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
INSTITUI O PROGRAMA PARA VALORIZAÇÃO DE INICIATIVAS ESPORTIVAS - VAE - NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E RECREAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.					
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)					
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO					
Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.					
<p>ASSUNTO: institui o Programa para a Valorização de Iniciativas Esportivas – VAE – no âmbito da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, com a finalidade de apoiar financeiramente, por meio de subsídio, atividades esportivas de caráter amador, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões do Município desprovidas de recursos e equipamentos esportivos.</p> <p>Segundo a propositura, poderão ser destinados ao Programa VAE recursos provenientes de convênios, contratos e acordos no âmbito esportivo celebrado entre instituições, públicas ou privadas, nacional ou estrangeira, e a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação. O art. 11 diz que o valor destinado a cada proposta será de até R\$ 30.000 (trinta mil reais) corrigidos pelo IPCA ou índice que o vier a substituir.</p> <p>Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 75/80) com apresentação de substitutivo a fim de “adequar o presente projeto de lei à melhor técnica de elaboração legislativa” (fls. 76).</p> <p>Comissão de Administração Pública: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 81/82).</p> <p>Comissão de Educação, Cultura e Esportes: foram feitas duas audiências públicas às folhas 86 a 89 com menção ao presente projeto de lei às folhas 87 e 88. Não houve oradores inscritos.</p> <p>Parecer favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 90).</p>					
<p>Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:</p> <p>O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.</p> <p>Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrar que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afeta as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do equilíbrio e de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias] situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e” do Regimento Interno:</p>					
Regimento Interno					

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Sugerimos quesitos ao Executivo.

Obs: Ressaltamos a existência da Lei 15.994/2014, que criou o VAI DO ESPORTE, um programa muito parecido com o proposto pelo presente projeto. Segundo o Setor de Pesquisa, Assessoria e Análise Prévia da Procuradoria da Câmara Municipal de São Paulo, “a solução para a questão é dada pela Lei de Introdução ao Código Civil, que em seu art. 2º, parágrafo 1º, dispõe que a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior. Dessa forma, a aprovação do PL 520/2012 terá por consequência a revogação da Lei nº 15.994, de 22 de abril de 2014, por regular inteiramente a matéria por ela tratada”. (fl. 84).

Segue uma comparação da Lei 15.994/2014 e o PL 520/2012:

Lei 15.994/2014	PL 520/2012
Institui o Programa para a Valorização das Iniciativas Esportivas - VAI DO ESPORTE, no âmbito da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação.	Institui o Programa para a VALORIZAÇÃO DE INICIATIVAS ESPORTIVAS - VAE - no âmbito da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação e dá outras providências.
Art. 1º Fica instituído o Programa para a Valorização de Iniciativas Esportivas - VAI DO ESPORTE, no âmbito da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, com a finalidade de apoiar financeiramente e incentivar atividades esportivas, recreativas e de lazer, principalmente para jovens de baixa renda e de regiões do Município desprovidas de recursos e de equipamentos comunitários.	Art. 1º. Fica Instituído o Programa para a VALORIZAÇÃO DE INICIATIVAS ESPORTIVAS - VAE - no âmbito da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação, com a finalidade de apoiar financeiramente, por meio de subsídio, atividades esportivas de caráter amador, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões do Município desprovidas de recursos e equipamentos esportivos.
Art. 2º O programa VAI DO ESPORTE tem por objetivos:	Art. 2º. O Programa VAE tem por objetivos:
I - fomentar práticas desportivas formais e não formais;	I. estimular a prática esportiva amadora na cidade de São Paulo, principalmente nas periferias e junto a juventude,
II - proteger e incentivar as manifestações desportivas de criação local;	II. promover a cidadania;

III - promover a inclusão social dos jovens de baixa renda e de regiões do Município desprovidas de equipamentos comunitários, através do esporte.	III. contribuir com dinâmicas esportivas locais e formação de novos atletas;
	IV. fomentar a convivência comunitária através da pratica esportiva.
Art. 3º Poderão ser destinados ao Programa VAI DO ESPORTE recursos provenientes de convênios, contratos e acordos, que tenham por objeto iniciativas relacionadas à promoção de atividades desportivas, celebrados por instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, e a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação.	Art. 3º. Poderão ser destinados ao Programa VAE recursos provenientes de convênios, contratos e acordos no âmbito esportivo celebrado entre instituições, públicas ou privadas, nacional ou estrangeira, e a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação.
Art. 4º Os recursos destinados ao Programa VAI DO ESPORTE deverão ser aplicados em atividades que visem fomentar e estimular a prática do esporte no Município de São Paulo, notadamente mediante inclusão social dos jovens inseridos no grupo alvo prioritário desta lei.	Art. 4º. Os recursos destinados ao Programa VAE deverão ser aplicados em atividades que visem fomentar e estimular o esporte amador no Município de São Paulo, vinculado a diversas modalidades esportivas, consagradas ou não, relevantes para o desenvolvimento esportivo e social, bem como a formação para a cidadania esportiva no Município.
Parágrafo único. É vedada a aplicação de recursos do Programa VAI DO ESPORTE em projetos de construção ou de conservação de bens imóveis ou em projetos originários dos Poderes Públicos municipal, estadual ou federal.	§1º. É vedada a aplicação de recursos do Programa VAE em projetos originários dos poderes públicos municipal, estadual ou federal.
	§2º. É permitido o uso dos recursos para pequenas reformas ou construções desde que não ultrapassem 30% dos recursos totais do projeto e sejam aprovadas pela Comissão de Avaliação.
Art. 5º Fica criada a Comissão de Avaliação de Propostas do Programa VAI DO ESPORTE, com a finalidade de selecionar as propostas e avaliar o resultado daquelas aprovadas.	Art 5º. Fica criada a Comissão de Avaliação de Propostas do Programa VAE, com a finalidade de selecionar as propostas e avaliar o resultado daquelas aprovadas.
§ 1º A Comissão será composta por 16 (dezesseis) membros e respectivos suplentes, sendo 8 (oito) representantes do Executivo, um dos quais presidirá, e 8 (oito) representantes de entidades esportivas da sociedade civil.	§1º. A comissão será composta por dez membros, sendo cinco representantes do Executivo e cinco representantes de entidades setor esportivo da sociedade civil, desde que possuam comprovação de atuação de dois na área.
§ 2º O Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Recreação designará os representantes do Poder Executivo, bem como os representantes da sociedade civil, estes dentre nomes sugeridos pelo Conselho Municipal de Esportes.	§2º. Os representantes do Executivo deverão ser designados pelo Secretario Municipal de Esporte, Lazer e Recreação e os representantes da sociedade civil pelo Conselho Municipal de Esportes.

Comissão de Finanças e Orçamento
Pauta da 15ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 17/06/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

§ 3º Os membros da Comissão de Avaliação terão mandato de 01 (um) ano, permitida uma recondução, por igual período.	§3º. Os membros da Comissão de Avaliação terão mandato de um ano, podendo ser reconduzidos uma vez por igual período.
§ 4º A Comissão de Avaliação será presidida por um dos representantes do Executivo, designado pelo Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Recreação.	§4º. A Comissão de Avaliação será presidida por um dos representantes do Executivo, designado pelo Secretario Municipal de Esporte, Lazer e Recreação,
§ 5º O Presidente da Comissão de Avaliação terá direito a um segundo voto em caso de empate.	§5º O presidente da Comissão de Avaliação terá direito a um segundo voto em casos de empate,
§ 6º Será devida gratificação para servidores e não-servidores, que não se incorporará em nenhuma hipótese ao salário e só será paga enquanto perdurar o mandato ou a designação, a qual poderá onerar a dotação destinada à concessão do benefício em até 2% (dois por cento) de seu total com relação aos membros não-servidores, nos seguintes termos:	§6º. Enquanto o Conselho Municipal de Esportes não estiver em funcionamento, os representantes da sociedade civil poderão ser indicados pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação, prioritariamente, entre as entidades cadastradas no Conselho.
I - aos integrantes da Comissão de Avaliação, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do DAS-15, por sessão a que comparecerem, até o máximo de 4 (quatro) sessões mensais;	
II - ao Presidente da Comissão de Avaliação, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do DAS-15, por sessão que presidir, até o máximo de 4 (quatro) sessões mensais.	
Art. 6º Poderá concorrer a recursos do Programa VAI DO ESPORTE toda pessoa física ou jurídica sem fins lucrativos, com domicílio ou sede comprovados no Município de São Paulo há, no mínimo, 2 (dois) anos, que apresentar propostas que visem atingir os objetivos previstos nesta lei.	Art.6º. Poderá concorrer a recursos do Programa VAE toda pessoa física ou jurídica sem fins lucrativos, com domicílio ou sede, comprovados no Município de São Paulo há no mínimo dois anos, que apresentar propostas esportivas de caráter amador de acordo com os requisitos previstos nesta lei.
	Art. 7º. Será reservada uma cota - de ate 30% - dos contemplados para a categoria pessoa jurídica.
	Art. 8º. A Comissão de Avaliação deve reservar cota para esporte adaptado, bem como considerar critérios de etnia, gênero e cor.
	Art.9º. A modalidade esportiva futebol não pode ultrapassar 50% dos contemplados.

Comissão de Finanças e Orçamento
Pauta da 15ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 17/06/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Parágrafo único. Não poderão concorrer aos recursos do Programa VAI DO ESPORTE funcionários públicos municipais, membros da Comissão de Avaliação, seus parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau, e cônjuges.	Paragrafo Único - Não poderão concorrer aos recursos do Programa VAE funcionários públicos municipais, membros da Comissão de Avaliação, seus parentes em primeiro grau e cônjuges.
Art. 7º A inscrição para o Programa VAI DO ESPORTE deverá ser feita de forma simplificada, em locais de fácil acesso e em todas as regiões do Município.	Art. 10º. A inscrição para o Programa VAE deverá ser feita de forma simplificada, em locais de fácil acesso e em todas as regiões do Município.
Art. 8º O valor destinado a cada proposta será de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), corrigidos pelo IPCA ou índice que o vier substituir, podendo haver nova solicitação, consecutiva ou não, por apenas uma vez, de acordo com análise da Comissão de Avaliação.	Art. 11 O valor destinado a cada proposta será de até R\$ 30.000 (trinta mil reais) corrigidos pelo IPCA ou índice que o vier a substituir, podendo haver nova solicitação, consecutiva ou não, por ate três vezes, de acordo com avaliação realizada pela Comissão de Avaliação.
Parágrafo único. O valor será repassado em até 3 (três) parcelas, a critério da Comissão de Avaliação e de acordo com o cronograma de atividades.	§1º. O valor será repassado em ate três parcelas, a critério da Comissão de Avaliação e de acordo com o cronograma de atividades.
	§2º. Além da correção pelo IPCA, ou índice que venha substituí-lo, a dotação orçamentaria do Programa VAE, apos o primeiro ano, deve contemplar - no mínimo - a mesma quantidade de projetos do ano anterior, mantendo o valor médio de subsídios por programa.
Art. 9º Quando a proposta aprovada não resultar em evento gratuito, deverá a pessoa ou entidade beneficiária do programa comprovar que, no mínimo, 10% (dez por cento) daquele recurso foi aplicado em gratuidade nos eventos oferecidos ao público.	Art. 12. Quando a proposta aprovada não resultar em evento gratuito, deverá destinar no mínimo 10% de seus produtos ou ações como devolução publica, sob forma de ingressos, doação para escolas, ONGs, equipamentos públicos esportivos entre outros.
Art. 10. A Comissão de Avaliação selecionará os beneficiários analisando o mérito das propostas segundo critérios de clareza e coerência, interesse público e social, custos e benefícios, importância para a região ou para o Município.	Art. 13. A Comissão de Avaliação selecionará os beneficiários analisando o mérito das propostas Segundo critérios de clareza e coerência, interesse público, custos, criatividade, importância para a região ou bairro e para a cidade.
§ 1º A seleção de propostas realizar-se-á anualmente.	§1º. A seleção de propostas realizar-se-á anualmente.
§ 2º Serão consideradas preferenciais as propostas de caráter coletivo que estejam em curso e necessitem de recursos para o seu desenvolvimento e consolidação.	§2º. Serão consideradas preferenciais as propostas esportivas de caráter amador e coletivo que estejam em curso e necessitem de recursos para o seu desenvolvimento e consolidação.

Comissão de Finanças e Orçamento
Pauta da 15ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 17/06/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

	§3º. Também terão preferência projetos que desenvolvam parcerias com escolas ou equipamentos esportivos públicos.
Art. 11. Os beneficiários do Programa VAI DO ESPORTE deverão prestar contas durante a sua execução e ao final dela para a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, apresentando relatório das atividades desenvolvidas, na forma do Regulamento.	Art.14. Os programas beneficiados pelo Programa VAE deverão prestar contas durante sua execução e ao final dela para a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação, na forma que ela regulamentar.
Art. 12. A Comissão de Avaliação apreciará as contas apresentadas pelos beneficiários, comparando os resultados previstos e efetivamente alcançados, os custos estimados e reais e a repercussão da iniciativa na comunidade ou localidade.	Art. 15. A avaliação do Programa VAE comparará os resultados previstos e efetivamente alcançados, os custos estimados e reais e a repercussão da iniciativa na comunidade ou localidade.
Parágrafo único. É necessária a aprovação da prestação de contas e do relatório para que o beneficiário do programa possa candidatar-se novamente.	Parágrafo Único - É necessária a aprovação da prestação de contas para que o beneficiário do programa possa candidatar-se novamente.
Art. 13. Ao final de cada ano a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação realizará uma avaliação coletiva do Programa VAI DO ESPORTE com a presença dos beneficiários.	Art. 16. Ao final de cada ano a Secretaria de Esportes, Lazer e Cultura realizará uma avaliação coletiva do Programa VAE com a presença dos beneficiários.
Art. 14. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias.	Art. 17. O Executivo deverá regulamentar esta lei no prazo de 60 dias.
Art. 15. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.	Art. 18. O Programa VAE instituído por esta lei deverá ter dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.
Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.	Art. 19. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo – Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 520/2012

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Agnaldo Timóteo, Alfredinho, Attila Russomanno, Carlos Apolinário, Celso Jatene, Claudio Fonseca, Eliseu Gabriel, Floriano Pesaro, Ítalo Cardoso, Marta Costa, Netinho de Paula, Sandra Tadeu e Senival Moura, visa instituir o Programa para a Valorização de Iniciativas Esportivas – VAE – no âmbito da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, com a finalidade de apoiar financeiramente, por meio de subsídio, atividades esportivas de caráter amador, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões do Município desprovidas de recursos e equipamentos esportivos.

Segundo a propositura, poderão ser destinados ao Programa VAE recursos provenientes de convênios, contratos e acordos no âmbito esportivo celebrado entre instituições, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, e a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação. O art. 11 diz que o

valor destinado a cada proposta será de até R\$ 30.000 (trinta mil reais) corrigidos pelo IPCA ou índice que o vier a substituir.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de “adequar o presente projeto de lei à melhor técnica de elaboração legislativa”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer. No entanto, sugerimos o seguinte substitutivo a fim de corrigir a numeração do art. 19 no substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 520/2012

Institui o Programa para a Valorização de Iniciativas Esportivas – VAE – no âmbito da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação do Município de São Paulo, e dá outras providências.

Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa para a Valorização de Iniciativas Esportivas - VAE - no âmbito da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação, com a finalidade de apoiar financeiramente, por meio de subsídio, atividades esportivas de caráter amador, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões do Município desprovidas de recursos e equipamentos esportivos.

Art. 2º O Programa VAE tem por objetivos:

I - estimular a prática esportiva amadora na cidade de São Paulo, principalmente nas periferias e junto à juventude;

II - promover a cidadania;

III - contribuir com dinâmicas esportivas locais e formação de novos atletas;

IV - fomentar a convivência comunitária através da prática esportiva.

Art. 3º Poderão ser destinados ao Programa VAE recursos provenientes de convênios, contratos e acordos no âmbito esportivo celebrado entre instituições, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, e a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação.

Art. 4º Os recursos destinados ao Programa VAE deverão ser aplicados em atividades que visem fomentar e estimular o esporte amador no Município de São Paulo, vinculado a diversas modalidades esportivas, consagradas ou não, relevantes para o desenvolvimento esportivo e social, bem como a formação para a cidadania esportiva no Município.

§1º É vedada a aplicação de recursos do Programa VAE em projetos originários dos poderes públicos municipal, estadual ou federal.

§2º É permitido o uso dos recursos para pequenas reformas ou construções desde que não ultrapassem 30% dos recursos totais do projeto e sejam aprovadas pela Comissão de Avaliação.

Art. 5º Fica criada a Comissão de Avaliação de Propostas do Programa VAE, com a finalidade de selecionar as propostas e avaliar o resultado daquelas aprovadas.

§1º A comissão será composta por dez membros, sendo cinco representantes do Executivo e cinco representantes de entidades setor esportivo da sociedade civil, desde que possuam comprovação de atuação de dois na área.

§2º Os representantes do Executivo deverão ser designados pelo Secretário Municipal de Esporte, Lazer e Recreação e os representantes da sociedade civil pelo Conselho Municipal de Esportes.

§3º Os membros da Comissão de Avaliação terão mandato de um ano, podendo ser reconduzidos uma vez por igual período.

§4º A Comissão de Avaliação será presidida por um dos representantes do Executivo, designado pelo

Secretario Municipal de Esporte, Lazer e Recreação.

§5º O presidente da Comissão de Avaliação terá direito a um segundo voto em casos de empate.

§6º Enquanto o Conselho Municipal de Esportes não estiver em funcionamento, os representantes da sociedade civil poderão ser indicados pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação, prioritariamente, entre as entidades cadastradas no Conselho.

Art. 6º Poderá concorrer a recursos do Programa VAE toda pessoa física ou jurídica sem fins lucrativos, com domicílio ou sede, comprovados no Município de São Paulo, há no mínimo dois anos, que apresentar propostas esportivas de caráter amador de acordo com os requisitos previstos nesta lei.

Art. 7º Será reservada uma cota de até 30% dos contemplados para a categoria pessoa jurídica.

Art. 8º A Comissão de Avaliação deve reservar cota para esporte adaptado, bem como considerar critérios de etnia, gênero e cor.

Art. 9º A modalidade esportiva futebol não pode ultrapassar 50% dos contemplados.

Parágrafo único. Não poderão concorrer aos recursos do Programa VAE funcionários públicos municipais, membros da Comissão de Avaliação, seus parentes em primeiro grau e cônjuges.

Art. 10. A inscrição para o Programa VAE deverá ser feita de forma simplificada, em locais de fácil acesso e em todas as regiões do Município.

Art. 11. O valor destinado a cada proposta será de até R\$ 30.000 (trinta mil reais) corrigidos pelo IPCA ou índice que o vier a substituir, podendo haver nova solicitação, consecutiva ou não, por até três vezes, de acordo com avaliação realizada pela Comissão de Avaliação.

§1º O valor será repassado em até três parcelas, a critério da Comissão de Avaliação e de acordo com o cronograma de atividades.

§2º Além da correção pelo IPCA, ou índice que venha substituí-lo, a dotação orçamentaria do Programa VAE, após o primeiro ano, deve contemplar, no mínimo, a mesma quantidade de projetos do ano anterior, mantendo o valor médio de subsídios por programa.

Art. 12. Quando a proposta aprovada não resultar em evento gratuito, deverá destinar no mínimo 10% de seus produtos ou ações como devolução pública, sob forma de ingressos, doação para escolas, ONGs, equipamentos públicos esportivos entre outros.

Art. 13. A Comissão de Avaliação selecionará os beneficiários analisando o mérito das propostas segundo critérios de clareza e coerência, interesse público, custos, criatividade, importância para a região ou bairro e para a cidade.

§1º A seleção de propostas realizar-se-á anualmente.

§2º Serão consideradas preferenciais as propostas esportivas de caráter amador e coletivo que estejam em curso e necessitem de recursos para o seu desenvolvimento e consolidação.

§3º Também terão preferência projetos que desenvolvam parcerias com escolas ou equipamentos esportivos públicos.

Art. 14. Os programas beneficiados pelo Programa VAE deverão prestar contas durante sua execução e ao final dela para a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação, na forma que ela regulamentar.

Art. 15. A avaliação do Programa VAE comparará os resultados previstos e efetivamente alcançados, os custos estimados e reais e a repercussão da iniciativa na comunidade ou localidade.

Parágrafo único. É necessária a aprovação da prestação de contas para que o beneficiário do programa possa candidatar-se novamente.

Art. 16. Ao final de cada ano a Secretaria de Esportes, Lazer e Cultura realizará uma avaliação coletiva do Programa VAE com a presença dos beneficiários.

Art. 17. O Executivo deverá regulamentar esta lei no prazo de 60 dias.

Art. 18. O Programa VAE instituído por esta lei deverá ter dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

8) PL 173/2013	Ver. JEAN MADEIRA (PRB)	Votação		
INSTITUI SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA SOBRE MOTOS. Relator: Ver. ABOU ANNI (PV) Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
	Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
	Ver. OTA (PROS)	.	.	.
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 02/06/2015 a pedido do Ver. Police Neto. Adiado por uma sessão em 10/06/2015.

ASSUNTO: cria o Serviço de Atendimento Médico de Urgência sobre Motos, cujo objetivo é atender as vítimas de acidente de trânsito no Município de São Paulo. De acordo com a propositura, o serviço será realizado através de motocicletas, que deverão conter equipamentos e material para suporte básico de vida, conduzidas por técnicos de enfermagem com treinamento específico na área de traumatologia e socorro às vítimas de acidentes de trânsito, chamados de “motomédicos”. O projeto estabelece ainda, entre outras disposições, que o serviço deverá funcionar de forma ininterrupta; que será ligado diretamente a central do SAMU, que irá encaminhar o motomédico para o local onde está a vítima; e que a Secretaria Municipal de Saúde, para viabilizar a execução do disposto na propositura, poderá firmar convênios com entidades públicas e/ou privadas, fundações, autarquias, organizações governamentais ou não governamentais.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls 39/40)

Comissão de Administração Pública: favorável (fl. 41)

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável (fls. 42/43)

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável (fl. 44)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado relativas à oferta do serviço, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

Regimento Interno

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamentos:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Elaboração: Sidney Richard Sylvestre - Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: - Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo – Economia

PARECER Nº
O PROJETO DE LEI Nº 173/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Jean Madeira, visa criar o Serviço de Atendimento Médico de Urgência sobre Motos, cujo objetivo é atender as vítimas de acidente de trânsito no Município de São Paulo. De acordo com a propositura, o serviço será realizado através de motocicletas, que deverão conter equipamentos e material para suporte básico de vida, conduzidas por técnicos de enfermagem com treinamento específico na área de traumatologia e socorro às vítimas de acidentes de trânsito. O projeto estabelece ainda, dentre outras disposições, que o serviço deverá funcionar de forma ininterrupta e ligado diretamente a central do SAMU, que irá encaminhar o motomédico para o local onde está a vítima. A Secretaria Municipal de Saúde, para viabilizar a execução do disposto na propositura, poderá firmar convênios com entidades públicas e/ou privadas, fundações, autarquias, organizações governamentais ou não governamentais.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo a seguir, que visa adaptar a propositura a melhor técnica legislativa.

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 173/2013

Cria o Serviço de Atendimento Médico de Urgência sobre Motos, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica criado, no Município de São Paulo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, o Serviço de Atendimento Médico de Urgência sobre Motos, com a função de atender as vítimas de acidente de trânsito no Município de São Paulo.

Art. 2º O condutor do veículo será um técnico de enfermagem com treinamento específico na área de traumatologia e socorro às vítimas de acidentes de trânsito ou que necessitem de atendimento de urgência em áreas de difícil acesso.

Art. 3º O serviço deverá funcionar de forma ininterrupta e será ligado diretamente à Central do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

Art. 4º O condutor do veículo será orientado por um médico da Central do SAMU, que irá ditar os procedimentos que deverão ser realizados.

Parágrafo único - Durante o atendimento, uma ambulância continuará seguindo para o local do acidente para promover a remoção correta do paciente.

Art. 5º As motocicletas deverão contar com equipamentos como desfibrilador externo automático, medicamentos e material para suporte básico de vida.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Saúde deverá capacitar permanentemente os profissionais envolvidos em atendimentos emergenciais, bem como informar a população sobre a atuação do Serviço de que trata esta lei e a forma de acionar o serviço.

Art. 7º Para dar cumprimento ao disposto nesta lei, a Secretaria Municipal de Saúde poderá firmar convênios com entidades públicas e/ou privadas, fundações, autarquias, organizações governamentais ou não governamentais.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, aditando normas complementares necessárias à sua execução e fiscalização.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 10 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

9) PL 517/2013	Ver. PAULO FIORILO (PT)	Votação			
INSTITUI O PROGRAMA VALE-LEITURA A TODOS OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão em 10/06/2015.

ASSUNTO: institui o Programa Vale-Leitura, concessão mensal de um valor pecuniário aos educadores em atividade na rede municipal de ensino, para aquisição regular de livros paradidáticos.

De acordo com a propositura: o valor estipulado para o Vale-Leitura será transferido no contracheque do servidor e será fixado e reajustado anualmente por ato do Executivo; o pagamento indevido do Vale-Leitura será caracterizado como falta grave, sujeitando às penalidades previstas em lei o servidor responsável pelo apontamento da frequência ou a autoridade competente.

O projeto também elenca, em seu art. 3º, os casos e condições em que o Vale-Leitura será devido ao servidor afastado do serviço sem prejuízo de vencimento; estabelece, em seu art. 5º, que o Vale-Leitura: I – não tem natureza salarial ou remuneratória; II – não se incorporará, para quaisquer efeitos, aos vencimentos ou proventos, nem incidirá sobre ele vantagem alguma a que faça jus o servidor; III – não será computado para efeito de 13º (décimo terceiro) salário; IV – não constituirá base de cálculo das contribuições devidas ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Paulo – RPPS.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 32/33).

Comissão de Administração Pública: favorável (fls. 34/35).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável (fl. 36).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a

demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

Regimento Interno

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economista

**PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 517/2013**

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Paulo Fiorilo, visa instituir o Programa Vale-Leitura, que concederia mensalmente um valor pecuniário aos educadores em atividade na rede municipal de ensino, para aquisição regular de livros paradidáticos.

De acordo com a propositura, o valor estipulado para o Vale-Leitura será transferido no contracheque do servidor e será fixado e reajustado anualmente por ato do Executivo, sendo o pagamento indevido do Vale-Leitura caracterizado como falta grave, sujeitando às penalidades previstas em lei o servidor responsável pelo apontamento da frequência ou a autoridade competente.

O projeto também elenca, em seu art. 3º, os casos e condições em que o Vale-Leitura será devido ao servidor afastado do serviço sem prejuízo de vencimento; estabelece, em seu art. 5º, que o Vale-Leitura: I – não tem natureza salarial ou remuneratória; II – não se incorporará, para quaisquer efeitos, aos vencimentos ou proventos, nem incidirá sobre ele vantagem alguma a que faça jus o servidor; III – não será computado para efeito de 13º (décimo terceiro) salário; IV – não constituirá base de cálculo das contribuições devidas ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Paulo – RPPS.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

10) PL 726/2013	Ver. GEORGE HATO (PMDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO SKATE, DO PATINS E DO BMX COMO ATIVIDADES INTEGRANTES DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COM. DE ADM. PÚBLICA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre a inclusão do Skate, do Patins e do BMX como atividades integrantes da disciplina de educação física no ensino fundamental das escolas municipais no âmbito do Município de São Paulo. Segundo o art. 2º, as atividades serão desenvolvidas do 1º (primeiro) ou 9º (nono) ano da rede municipal de ensino. O art. 4º diz que o fornecimento do material específico e adequado para a prática segura das referidas modalidades são de competência do Poder Público. A implementação das atividades no quadro da educação física fica a cargo da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 3º.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 111-114).

Comissão de Administração Pública: foi realizada uma audiência pública (fls. 115-117, com menção do projeto à fl. 116; não houveram inscitos).

Parecer favorável com apresentação de substitutivo “objetivando facultar ao Poder Público o fornecimento dos equipamentos de segurança, bem como, para excetuar de todas as disposições previstas as unidades educacionais em que não exista local adequado e suficiente para a guarda dos equipamentos de segurança”. (fls. 118-120)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: foi realizada uma audiência pública, (fls. 121-122) com menção ao projeto à fl. 122: “(...) Até reforço o cuidado com acidentes. Haverá um médico de plantão, algum funcionário da saúde de plantão para uma situação de acidente? As crianças ficarão com esses instrumentos, esses brinquedos? Tem de haver lugar para guardar. Então, cria-se uma situação bastante difícil na escola, até por falta de funcionários para tomar conta disso”. (Sr. Arnaldo do Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo).

Foram feitos quesitos ao Executivo (fl. 123) com resposta às folhas 125/134:

- “(...) o texto prevê a utilização de equipamentos esportivos, como skates, patins in line e bikes BMX, porém não renuncia a aquisição de tais instrumentos, materiais que nem todos os estudantes possuem. Se o trabalho depender de equipamentos dos próprios alunos, serão excluídos das atividades de aula crianças e adolescentes que não os possuem”. (fl. 126 – Secretaria Municipal de Educação).

- “Do ponto de vista orçamentário, se os equipamentos forem adquiridos com receitas próprias da Educação, haverá um ônus significativo a ser computado nas despesas da Pasta, uma vez que são equipamentos de valor financeiro elevado a serem distribuídos em quantidade suficiente para todas as escolas que mantêm o Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino. A medida, nessa situação, infringiria ainda o disposto no § 2º do art. 37 da Lei Orgânica do Município”:

§ 2º - São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

(...) IV – organização administrativa e matéria orçamentária. (fls. 126/127 – Secretaria Municipal de Educação).

- “(...) as UEs não dispõem de espaço físico necessário às práticas pretendidas nem de profissionais habilitados para o atendimento em caso de possíveis acidentes”. (fl. 128 – Secretaria Municipal de

Educação).

-“Frente a todo o exposto, somos de entendimento que o PL nº 726/13 não detém condições de prosperar, razão pela qual propomos seu veto em inteiro teor”. (fl. 129 – Secretaria Municipal de Educação).

A Comissão exarou parecer contrário:: “O Executivo manifestou-se contrário a proposição e enumerou vários aspectos que inviabilizam sua implementação. Destacamos entre tantos aspectos a falta de espaço físico adequado nas Unidades Educacionais para as práticas desses esportes, falta de profissionais habilitados para atendimento em caso de acidentes e a necessidade de formação específica para os professores de educação física, que não obrigatoriamente tem essa habilitação/capacitação. Além disso, a determinação da inclusão da atividade skate, patins e do BMX na disciplina de educação física para as escolas fere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/1996) quando em seu art. 15 estabelece que os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público”. (fl. 135).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

A propositura original, se aprovada, geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, uma vez que o art.º 4º diz que o fornecimento do material específico e adequado para a prática segura das referidas modalidades são de competência do Poder Público, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária. O substitutivo da Comissão de Administração Pública alterou a redação do art 4º, ficando facultado ao Poder Público o fornecimento dos equipamentos específicos e adequados para a prática segura das referidas atividades.

Além disso, a propositura não prenuncia a aquisição dos equipamentos esportivos como skates, patins e BMXs. Segundo o Executivo, se esses equipamentos forem adquiridos com receitas próprias da Educação, “haveria um ônus significativo a ser computado nas despesas da Pasta, uma vez que são equipamentos de valor financeiro elevado a serem distribuídos em quantidade suficiente para todas as escolas que mantêm o Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino”.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

Regimento Interno

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas

e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo – Economista

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 726/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador George Hato, visa a inclusão do Skate, do Patins e do BMX como atividades integrantes da disciplina de educação física no ensino fundamental das escolas municipais no âmbito do Município de São Paulo. Segundo o art. 2º, as atividades serão desenvolvidas do 1º (primeiro) ou 9º (nono) ano da rede municipal de ensino. O art. 4º diz que o fornecimento do material específico e adequado para a prática segura das referidas modalidades são de competência do Poder Público. A implementação das atividades no quadro da educação física fica a cargo da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 3º.

A Comissão de Administração Pública exarou parecer favorável com apresentação de substitutivo “objetivando facultar ao Poder Público o fornecimento dos equipamentos de segurança, bem como, para excetuar de todas as disposições previstas as unidades educacionais em que não exista local adequado e suficiente para a guarda dos equipamentos de segurança”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Administração Pública.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

11) PL 774/2013	Ver. EDIR SALES (PSD)	Votação			
ALTERA A DENOMINAÇÃO DA RUA CORREIA BARROS PARA RUA PEDRO FORLI, NO DISTRITO DE VILA PRUDENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (SITUADA NO DISTRITO DE VILA PRUDENTE, SETOR 044, QUADRA 040/SP, CODLOG Nº 05337-6)			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: altera a denominação da Rua Correia Barros para Rua Pedro Forli, no Distrito de Vila Prudente.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitou informações ao Executivo, com resposta a fls. 42/53:

- “...Trata-se de alteração não prevista nas legislações que regem o assunto...” Secretaria Municipal de Licenciamento (fls. 43);

- “... Também no caso do abaixo-assinado juntado em folhas 09 deste processo, a Lei nº 14.454, de 27 de julho de 2007, solicita a consulta de moradores ou domiciliados no entorno apenas nas situações em que

o nome atual do logradouro seja motivo de ofensa ou ridículo e naqueles em que há homonímia. Não é o que acontece para esse logradouro" idem (fls. 46/47).

Essa Comissão exarou parecer pela legalidade (fls. 53).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: parecer favorável (fls. 54).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: parecer favorável (fls. 55).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 774/2013

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Edir Sales, visa alterar a denominação da Rua Correia Barros para Rua Pedro Forli, no Distrito de Vila Prudente.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

12) PL 824/2013	Ver. TONINHO VESPOLI (PSOL)	Votação			
OBRIGA OS ÓRGÃOS PÚBLICOS E PRIVADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO A USAREM O TERMO "PESSOAS COM DEFICIÊNCIA" PARA SE REFERIR A PESSOAS COM QUALQUER TIPO DE DEFICIÊNCIA.			Favor	Contra	Abst.
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão em 10/06/2015.

ASSUNTO: obriga os órgãos públicos e privados no âmbito do Município de São Paulo a usarem o termo "pessoas com deficiência" para se referir a pessoas com qualquer tipo de deficiência.

A propositura estipula o prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação como lei, para que os órgãos públicos e privados do Município de São Paulo a ela se adaptem, substituindo placas indicativas, cabeçalhos de documentos e todo e qualquer artefato em que se faça necessária a mudança para o termo "pessoas com deficiência".

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: apresentou substitutivo (fls. 70 a 75), "para adequar o pretendido pelo projeto aos limites da competência legislativa desta Casa. Com efeito, não há respaldo para a imposição por parte do Poder Público Municipal da obrigatoriedade do uso de determinada terminologia a órgãos privados" (fl. 71).

Comissão de Administração Pública: favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 76).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável ao substitutivo apresentado pela

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 77).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto não implica aumento de despesa obrigatória de caráter continuado.

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 824/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Toninho Vespoli, visa obrigar os órgãos públicos e privados no âmbito do Município de São Paulo a usarem o termo “pessoas com deficiência” para se referir a pessoas com qualquer tipo de deficiência.

A propositura estipula o prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação como lei para que os órgãos públicos e privados do Município de São Paulo a ela se adaptem, substituindo placas indicativas, cabeçalhos de documentos e todo e qualquer artefato em que se faça necessária a mudança para o termo “pessoas com deficiência”.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “para adequar o pretendido pelo projeto aos limites da competência legislativa desta Casa. Com efeito, não há respaldo para a imposição por parte do Poder Público Municipal da obrigatoriedade do uso de determinada terminologia a órgãos privados”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

13) PL 878/2013	Ver. DAVID SOARES (PSD)	Votação			
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O ENDEREÇO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. OTA (PROS)					
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: autoriza o Poder Executivo a criar o Endereço Social no Município de São Paulo.

Pelo art. 1º, fica o Poder Executivo, em parceria com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria de Segurança Pública e Empresas Públicas e/ou Privadas autorizado a criar o endereço social.

O art. 2º estabelece que o cadastro será realizado através de órgãos estabelecidos pelo Poder Executivo, que determinará as normas de inscrição das pessoas necessitadas da existência de um endereço domiciliar.

O art. 5º determina que o endereço social será destinado a todos os moradores de ruas, migrantes ou imigrantes que estiverem desprovidos de manterem um endereço domiciliar, a fim de receberem

notificações, cartas, contas entre outros.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 27/28).

Comissão de Administração Pública: favorável (fls. 29).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: solicitou informações ao Executivo (fls. 31), com resposta a fls. 32/42:

- "... todo morador em situação de rua, que se encontre ou não em Acolhimento na rede socioassistencial, migrantes ou imigrantes que estiverem desprovidos de endereço domiciliar, tem disponível como referência, todos os endereços da rede socioassistencial, desde os Centros de Acolhida, dos Espaços e Núcleos de Convivência até dos CRAS e CREAS...

...o Cadastro Único, realizado na cidade com a população de rua, se utiliza dos endereços da rede socioassistencial como referência para os moradores em situação de rua...

... esta prática é bastante funcional tanto nas questões de entrega de documentos, contas e cartas como para questões de trabalho, para efeito de Currículo ou contratação, ainda disponibilizando um número de telefone do próprio Serviço...

... Nos manifestamos desfavoráveis quanto a criação do serviço "Endereço Social" uma vez que na prática do atendimento socioassistencial, ele já existe e é bastante eficiente e funcional" – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) – Proteção Social Especial (fls. 33/34).

".... necessário destacar que o Projeto de Lei é muito confuso... Como está escrito [o art. 1º], o dispositivo considera que todas as entidades mencionadas estariam autorizadas a criar o endereço social...

... Ao utilizar-se da expressão "endereço domiciliar", o legislador comete dois equívocos o primeiro quanto à técnica legislativa e o segundo de ordem jurídica material..."endereço domiciliar" é expressão referente ao instituto jurídico do "domicílio", sendo, nos termos do art. 70 do Código Civil vigente, o lugar em que a pessoa natural estabelece sua residência com "ânimo definitivo".

Especialmente no caso dos moradores de rua e outros indivíduos que não possuem residência fixa ou habitual, a lei civil determina:

"Art. 73. Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada".

Assim, diferente do estatuído pelo art. 2º do PL 878/2013, não há que se falar em criação de domicílio ou endereço domiciliar daqueles que seriam beneficiados com o Projeto, haja vista que domicílio desses indivíduos, para fins legais, é qualquer lugar onde forem encontrados. O que se intenta com o Projeto de Lei é, em verdade, a mera disponibilização de endereço..." – SMADS – Assessoria Jurídica (fls. 38/40).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Pelas informações acima mencionadas, a ação já existe, sendo necessária correção quanto às questões levantadas no tocante ao texto.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº PROJETO DE LEI Nº 878/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador David Soares, visa autorizar o Poder Executivo a criar o Endereço Social no Município de São Paulo.

Pelo art. 1º, fica o Poder Executivo, em parceria com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria de Segurança Pública e Empresas Públicas e/ou Privadas, autorizado a criar o endereço social.

O art. 2º estabelece que o cadastro será realizado através de órgãos estabelecidos pelo Poder Executivo, que determinará as normas de inscrição das pessoas necessitadas da existência de um endereço domiciliar.

Determina o art. 5º que o endereço social será destinado a todos os moradores de ruas, migrantes ou imigrantes que estiverem desprovidos de manterem um endereço domiciliar, a fim de receberem notificações, cartas, contas entre outros.

A douta Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher solicitou informações ao Executivo, respondendo a Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social que “...Como está escrito [o art. 1º], o dispositivo considera que todas as entidades mencionadas estariam autorizadas a criar o endereço social..... Ao utilizar-se da expressão ‘endereço domiciliar’, o legislador comete dois equívocos o primeiro quanto à técnica legislativa e o segundo de ordem jurídica material... ‘endereço domiciliar’ é expressão referente ao instituto jurídico do ‘domicílio’, sendo, nos termos do art. 70 do Código Civil vigente, o lugar em que a pessoa natural estabelece sua residência com ‘ânimo definitivo’. Especialmente no caso dos moradores de rua e outros indivíduos que não possuem residência fixa ou habitual, a lei civil determina:

‘Art. 73. Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada’.

Assim, diferente do estatuído pelo art. 2º do PL 878/2013, não há que se falar em criação de domicílio ou endereço domiciliar daqueles que seriam beneficiados com o Projeto, haja vista que domicílio desses indivíduos, para fins legais, é qualquer lugar onde forem encontrados. O que se intenta com o Projeto de Lei é, em verdade, a mera disponibilização de endereço...”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer. Contudo, tendo em vista o acima apontado, apresentamos o seguinte substitutivo, que retira referência a “domicílio”, além de alterar a redação de dispositivos com o propósito de tornar o texto mais conciso e objetivo:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 878/2013

Autoriza o Poder Executivo a criar o Endereço Social no Município de São Paulo, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o endereço social.

Art. 2º O cadastro será realizado através de órgãos estabelecidos pelo Poder Executivo, que determinará as normas de inscrição das pessoas necessitadas da existência de um endereço.

Art. 3º Havendo necessidade, a Administração Pública poderá instituir diretrizes em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, estabelecendo normas para efetivação e aprovação do cadastro dos interessados.

Art. 4º O endereço social será destinado a todos os moradores de ruas, migrantes ou imigrantes que estiverem desprovidos de manterem um endereço, a fim de receberem notificações, cartas e contas, dentre outras correspondências.

Art. 5º As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

14) PL 2/2014	Ver. GILSON BARRETO (PSDB); Ver. PATRÍCIA BEZERRA (PSDB); Ver. EDUARDO TUMA (PSDB); Ver. CORONEL TELHADA (PSDB); Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB); Ver. MÁRIO COVAS NETO (PSDB); Ver. CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
DECLARA O CENTRO COMERCIAL GRANDES GALERIAS, CONHECIDO COMO GALERIA DO ROCK, COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E MATERIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão em 10/06/2015.

ASSUNTO: declara o Centro Comercial Grandes Galerias, conhecido como Galeria do Rock, como patrimônio cultural imaterial e material do município de São Paulo.

Dispõe o art. 2º que o Executivo regulamentará a presente proposição no prazo de 90 (noventa) dias contados a partir de sua publicação.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 94-95).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: Favorável (fl. 96).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: Favorável (fl. 97).

Comissão de Finanças e Orçamento: solicitou informações ao Executivo (fl. 99), com respostas as folhas 101/119.

Secretaria Municipal de Cultura – Depto. De Patrimônio Histórico: “...entendemos que o ato do tombamento é uma atribuição do CONPRESP, assim como os estudos acerca dele são atribuição do corpo técnico do Departamento Histórico.

Por esse motivo, o projeto de lei não nos parece pertinente. Ressaltamos que o Centro Comercial Grandes Galerias já encontra-se tombado através da resolução 37/CONPRESP/92 (...)

Quanto à solicitação de Registro Imaterial, essa depende de aprovação do CONPRESP, após solicitação seguida de pesquisa e parecer, que justifiquem o próprio registro” (fls. 117)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

De acordo com informações fornecidas pelo Executivo, a mencionada “Galeria do Rock” já é tombada; Conforme a Secretaria Municipal de Cultura, “Quanto à solicitação de Registro Imaterial, essa depende de aprovação do CONPRESP, após solicitação seguida de pesquisa e parecer, que justifiquem o próprio registro” (fls. 117). No tocante à repercussão orçamentária-financeira, as despesas, em tese, são normalmente previstas.

O que é Patrimônio Imaterial?

A Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, estabeleceu que o patrimônio cultural brasileiro é composto de bens de natureza material e imaterial, incluídos aí os modos de criar, fazer e viver dos grupos formadores da sociedade brasileira. Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e nos lugares, tais como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas.

Essa definição está em consonância com a Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada pelo Brasil em 1º de março de 2006, que define como patrimônio imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural".

Enraizado no cotidiano das comunidades e vinculado ao seu território e às suas condições materiais de existência, o patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado e apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade.

Fonte: <http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/conPatrimonioE.jsf?tipoInformacao=1>

PROTEÇÃO DOS BENS IMATERIAIS A Lei nº 14.406, de 21.5.2007, instituiu o Programa Permanente de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial do Município de São Paulo. Através dela será possível estender o reconhecimento do poder público aos bens culturais intangíveis, tais como, celebrações, formas de expressão, modos de criar, de fazer e de viver. Diferentemente dos bens materiais, para os quais se aplica o instrumento jurídico do tombamento, os bens intangíveis receberão a proteção do poder público quando inscritos em livros de Registro específicos. O Registro encerra um processo de identificação e avaliação, cuja competência é do Departamento de Patrimônio Histórico - DPH / Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRES, da Secretaria Municipal de Cultura.

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Introducao_2013_web_1392056485.pdf

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 2/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Coronel Telhada, visa declarar o Centro Comercial Grandes Galerias, conhecido como Galeria do Rock, como patrimônio cultural imaterial e material do Município de São Paulo.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

15) PL 250/2014	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	Votação			
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR JUNTO À SECRETARIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E MOBILIDADE REDUZIDA DO MUNICÍPIO UMA CENTRAL DE ATENDIMENTO NA FORMA QUE ESPECIFICA. Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB) Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão em 10/06/2015.

ASSUNTO: autoriza o Poder Executivo a criar uma central de atendimento telefônico - call center, com a finalidade de propiciar o recebimento de denúncias e reclamações contra o desrespeito às normas que garantem a acessibilidade da pessoa com deficiência, ou mobilidade reduzida, nos termos da legislação em vigor, bem como qualquer forma de preconceito, intolerância ou violência a essas pessoas, sendo que as denúncias e reclamações deverão gerar protocolos, para que seu acompanhamento possa ser feito pelo denunciante.

Prevê a propositura que a central de atendimento ficará sob a coordenação da Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, a qual se responsabilizará pelo devido encaminhamento das denúncias e reclamações formuladas aos órgãos competentes para a solução da reclamação, sendo que, quando se tratar de crimes de ódio causado por preconceito e intolerância, tais denúncias serão imediatamente encaminhadas à Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância - DECRADI, para o devido registro e apuração de responsabilidades, nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Constituição Federal e do Código Penal.

Determina o projeto também que, quando a denúncia e/ou reclamação tratar de desrespeito ou infringência das normas quanto ao uso de vagas exclusivas destinadas às pessoas com deficiência em estacionamento de veículos de locais públicos, ou privados de uso coletivo, será apurada com urgência e rigor, em caráter prioritário, com a identificação dos responsáveis pelo uso indevido da vaga, e o encaminhamento às autoridades competentes para a lavratura de infração e imposição de multa, nos termos da legislação de trânsito, assim como as responsabilidades do condutor infrator.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 110/111). Há voto vencido em relatório pela ilegalidade (fls. 112 a 114).

Comissão de Administração Pública: favorável (fls. 115/116).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável (fl.117).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e

metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

Regimento Interno

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 250/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Adilson Amadeu, visa autorizar o Poder Executivo a criar uma central de atendimento telefônico - call center, com a finalidade de propiciar o recebimento de denúncias e reclamações contra o desrespeito às normas que garantem a acessibilidade da pessoa com deficiência, ou mobilidade reduzida, nos termos da legislação em vigor, bem como qualquer forma de preconceito, intolerância ou violência a essas pessoas, sendo que as denúncias e reclamações deverão gerar protocolos, para que seu acompanhamento possa ser feito pelo denunciante.

Prevê a propositura que a central de atendimento ficará sob a coordenação da Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, a qual se responsabilizará pelo devido encaminhamento das denúncias e reclamações formuladas aos órgãos competentes para a solução da reclamação, sendo que, quando se tratar de crimes de ódio causado por preconceito e intolerância, tais denúncias serão imediatamente encaminhadas à Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância - DECRADI, para o devido registro e apuração de responsabilidades, nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Constituição Federal e do Código Penal.

Determina o projeto também que, quando a denúncia e/ou reclamação tratar de desrespeito ou infringência das normas quanto ao uso de vagas exclusivas destinadas às pessoas com deficiência em estacionamento de veículos de locais públicos, ou privados de uso coletivo, será apurada com urgência e rigor, em caráter prioritário, com a identificação dos responsáveis pelo uso indevido da vaga, e o encaminhamento às autoridades competentes para a lavratura de infração e imposição de multa, nos termos da legislação de trânsito, assim como as responsabilidades do condutor infrator.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Pauta da 15ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 17/06/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

16) PL 332/2014 Ver. TONINHO PAIVA (PR); Ver. GOULART (PSD) DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE ZONA AZUL PARA AS PESSOAS COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 60 (SESSENTA) ANOS, PORTADORES DE CARTÃO DE ESTACIONAMENTO PRÓPRIO, NO ÂMBITO DA CIDADE DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Votação			
		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
	Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
	Ver. OTA (PROS)	.	.	.
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Parecer: FAVORAVEL				

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão em 10/06/2015.

ASSUNTO: isenta os idosos portadores do cartão de estacionamento expedido nos termos da Lei Municipal nº 15.974, de 24 de fevereiro de 2014 — que institui o Cartão de Estacionamento para Idoso no Município de São Paulo — da utilização compulsória de cartões de Zona Azul, quando fizerem uso de vagas reservadas a idosos.

A propositura estabelece ainda que a referida isenção permitirá a permanência na vaga pelo período máximo de 02 (duas) horas, sendo vedada a sua prorrogação, e que estacionar o veículo em desacordo com as disposições do projeto sujeitará os infratores às penalidades previstas no art. 181, inciso XVII, do Código Brasileiro de Trânsito (Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997), além de outras cabíveis.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 50-51).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável (fls. 52).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável (fls. 53).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

A propositura diminui o custo de utilização da vaga de idoso no estacionamento rotativo pago (Zona Azul), o que tende a causar um aumento da procura por estas vagas. A ausência do cartão de Zona Azul torna impossível verificar a que horas o veículo entrou na vaga, a não ser que haja fiscais presentes. Se a propositura for implementada nestes termos, prevê-se aumento de custos de fiscalização, caso contrário, não se prevê impactos mais expressivos. Sugere-se quesitos ao Executivo para, entre outros pontos, dimensionar estes custos.

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo / Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo / Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 332/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Toninho Paiva, visa isenta os idosos portadores do cartão de estacionamento expedido nos termos da Lei Municipal nº 15.974, de 24 de fevereiro de 2014 — que institui o Cartão de Estacionamento para Idoso no Município de São Paulo — da utilização compulsória de cartões de Zona Azul, quando fizerem uso de vagas reservadas a idosos.

A propositura estabelece ainda que a referida isenção permitirá a permanência na vaga pelo período máximo de 02 (duas) horas, sendo vedada a sua prorrogação, e que estacionar o veículo em desacordo com as disposições do projeto sujeitará os infratores às penalidades previstas no art. 181, inciso XVII, do Código Brasileiro de Trânsito (Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997), além de outras cabíveis.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, nos termos do substitutivo mencionado, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

17) PDL 86/2014	Ver. GEORGE HATO (PMDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO TÍTULO DE CIDADÃO PAULISTANO AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR LINCOLN DYO UEDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: concede ao Ilustríssimo Senhor Lincoln Dyo Ueda o Título de Cidadão Paulistano, a ser entregue em Sessão Solene a ser convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, especialmente para esse fim.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 20).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: parecer favorável (fls. 21).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

A propositura implica despesas, em tese, já previstas.

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo / Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo / Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 86/2014

O presente projeto de decreto legislativo, de autoria do nobre Vereador George Hato, visa conceder ao Ilustríssimo Senhor Lincoln Dyo Ueda o Título de Cidadão Paulistano, a ser entregue em Sessão Solene a ser convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, especialmente para esse fim.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

18) PDL 3/2015	Ver. NABIL BONDUKI (PT)	Votação			
DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE TÍTULO DE CIDADÃO PAULISTANO AO SR. ILO KRUGLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB) Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: concede o Título de Cidadão Paulistano ao Sr. Elias Kruglianski, de nome artístico Ilo Krugli, em Sessão Solene a ser convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo especialmente para esse fim.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 19).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável (fls. 20).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:
Despesas, em tese, já previstas.

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo / Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo / Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3/2015

O presente projeto de decreto legislativo, de autoria do nobre Vereador Nabil Bonduki, visa conceder o Título de Cidadão Paulistano ao Sr. Elias Kruglianski, de nome artístico Ilo Krugli, em Sessão Solene a ser convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo especialmente para esse fim.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

19) PR 13/2014	Ver. NABIL BONDUKI (PT)	Votação			
DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA BICICLETAS NO PALÁCIO ANCHIETA, SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Relator: Ver. ABOU ANNI (PV) Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-

	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)			

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão em 10/06/2015.

ASSUNTO: determina que deverá ser implantada infraestrutura para bicicletas, compreendendo bicicletário e paraciclo (suporte físico onde a bicicleta é presa), no Palácio Anchieta, sede da Câmara Municipal de São Paulo, em consonância com a Lei nº 14.266, de 6 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a criação do Sistema Cicloviário no Município de São Paulo.

O projeto prevê que o bicicletário a ser implantado no Palácio Anchieta deverá atender os funcionários da Câmara Municipal de São Paulo e seus dependentes, sendo complementado com instalação de vestiário e dotado de instalações sanitárias e chuveiros para seus usuários, observando, ademais, a legislação vigente em relação ao número mínimo de vagas.

A proposição determina que o paraciclo a ser implantado no Palácio Anchieta funcionará como parte integrante da infraestrutura do Sistema Cicloviário, fornecendo vagas para a população em geral, sendo que as condições de instalação e funcionamento do paraciclo deverão assegurar facilidade de acesso e visibilidade da rua.

Finalmente, o projeto determina que a implantação deverá ser concluída em 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação como resolução.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 52/53).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável (fl. 54).

Comissão de Administração Pública: favorável (fl. 55).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, referentes à construção e manutenção dos equipamentos (bicicletário, vestiários e paraciclos), sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, "e", do Regimento Interno:

Regimento Interno

"Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;"

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia
Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13/2014

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Vereador Nabil Bonduki, visa determinar a implantação de infraestrutura para bicicletas, compreendendo bicicletário e paraciclo, no Palácio Anchieta, sede da Câmara Municipal de São Paulo, em consonância com a Lei nº 14.266, de 6 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a criação do Sistema Ciclovitário no Município de São Paulo.

O projeto prevê que o bicicletário a ser implantado no Palácio Anchieta deverá atender os funcionários da Câmara Municipal de São Paulo e seus dependentes, sendo complementado com instalação de vestiário e dotado de instalações sanitárias e chuveiros para seus usuários, observando, ademais, a legislação vigente em relação ao número mínimo de vagas.

A propositura determina que o paraciclo a ser implantado no Palácio Anchieta funcionará como parte integrante da infraestrutura do Sistema Ciclovitário, fornecendo vagas para a população em geral, sendo que as condições de instalação e funcionamento do paraciclo deverão assegurar facilidade de acesso e visibilidade da rua.

Finalmente, o projeto determina que a implantação deverá ser concluída em 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação como resolução.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

20) PR 1/2015 Ver. EDUARDO TUMA (PSDB)		Votação			
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR PELA REFORMA POLÍTICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão em 10/06/2015.					

ASSUNTO: dispõe sobre a criação da Frente Parlamentar pela Reforma Política com participação popular, com o objetivo de promover a discussão, estudos e ações na cidade de São Paulo.

Segundo o art. 2º, a adesão será facultada a todos os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e será formalizada em Termo de Adesão, publicado no Diário Oficial. O parágrafo único deste artigo diz que além da participação dos parlamentares, como membros efetivos, também será permitida a participação, na condição de membros colaboradores, de representantes de entidades, públicas ou privadas, envolvidas com os objetivos da Frente Parlamentar.

A nomeação dos membros da Frente Parlamentar será feita por Ato do Presidente, observado o Termo de Adesão. A coordenação da Frente será exercida pelo primeiro signatário do Termo de Adesão, a quem caberá a convocação das reuniões.

Na primeira reunião, segundo o art. 5º, será aprovado o Regimento Interno da Frente Parlamentar, em que deve constar: i) prazo de funcionamento, que não poderá ser superior ao período da legislatura em que foi criada a Frente Parlamentar; ii) objetivos; iii) relação dos membros efetivos.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com apresentação de substitutivo “com vistas a adequar a propositura à melhor técnica de elaboração legislativa”. (fls. 22-24).

Comissão de Administração Pública: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 25).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:
Despesas, em tese, já orçadas.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1/2015**

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, visa a criação da Frente Parlamentar pela Reforma Política com participação popular, com o objetivo de promover a discussão, estudos e ações na cidade de São Paulo.

Segundo o art. 2º, a adesão será facultada a todos os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e será formalizada em Termo de Adesão, publicado no Diário Oficial. O parágrafo único deste artigo diz que, além da participação dos parlamentares, como membros efetivos, também será permitida a participação na condição de membros colaboradores, de representantes de entidades, públicas ou privadas, envolvidas com os objetivos da Frente Parlamentar.

A nomeação dos membros da Frente Parlamentar será feita por Ato do Presidente, observado o Termo de Adesão. A coordenação da Frente será exercida pelo primeiro signatário do Termo de Adesão, a quem caberá a convocação das reuniões.

Na primeira reunião, segundo o art. 5º, será aprovado o Regimento Interno da Frente Parlamentar, em que deve constar: i) prazo de funcionamento, que não poderá ser superior ao período da legislatura em que for criada a Frente Parlamentar; ii) objetivos; iii) relação dos membros efetivos.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de “adequar a propositura à melhor técnica de elaboração legislativa”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor ao projeto, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Projetos de Deliberação das Comissões

21) PL 370/2013	Ver. JAIR TATTO (PT); Ver. VAVÁ (PT)	Votação			
DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE DE MESTRE DE CAPOEIRA.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
Parecer: FAVORAVEL		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão em 10/06/2015.

ASSUNTO: dispõe sobre a regulamentação da atividade de mestre de capoeira. De acordo com a propositura, ficam reconhecidas como profissões, as atividades de capoeira nas modalidades luta e esporte, tornando privativo do capoeirista profissional, dentre outras atividades, o desenvolvimento com crianças, jovem adultos das atividades esportivas e culturais que compõem a prática da capoeira em estabelecimentos de ensino e em academias, ministrar aulas e treinamento especializado em capoeira para atletas de diferentes esportes, instituições ou academias, avaliação e supervisão dos praticantes de capoeira, a elaboração de informes técnicos e científicos nas áreas de atividades físicas e do desporto ligados à capoeira.

A propositura determina que as unidades de ensino fundamental e médio deverão integrar em sua grade curricular a prática da capoeira nas modalidades de luta, dança, cultura popular e música, além de atribuir aos órgãos públicos a promoção da prática da capoeira e a criação do Dia Municipal da Capoeira e do Capoeirista a ser comemorado anualmente no dia 12 de setembro.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 11/12)

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer favorável (fls. 13/14), com sugestão de encaminhamento para análise da Comissão de Educação, Cultura e Esportes (fl. 16)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: solicitou quesitos ao Executivo (fls. 19) com respostas às fls. 21/52

Secretaria de Cultura (fls. 32/33): “Não obstante os méritos da iniciativa, do ponto de vista jurídico, somos obrigados a reconhecê-lo como inconstitucional, ao menos em parte (...)

(...) o cerne da propositura é, justamente, o reconhecimento dessa “atividade de capoeirista” como “profissão”, sendo que segundo o disposto no artigo 5º, inciso XIII, da Constituição Federal, “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

O problema, no caso, é que compete privativamente à União legislar sobre direito do trabalho, nos termos do artigo 22, inciso I da Constituição(...)

Com isso, retornamos-lhe o presente opinando pela inviabilidade do Projeto de Lei nº370/2013, tal como proposto, considerando-se em confronto à Constituição Federal, no tocante à repartição de competências legislativas, além de inoportuno ou inconveniente, vale dizer, por conta do estágio atual de tramitação do PLC 31/2009 *[PLC que dispõe sobre o reconhecimento da atividade de capoeira]* no Congresso Nacional.”
Secretaria de Educação (fls. 42): “(...) em que pese a importância da capoeira como expressão da cultura popular e em especial, da cultura afro-brasileira na cidade de São Paulo, somos pela inviabilidade do prosseguimento da presente propositura, uma vez que o reconhecimento da profissão de capoeirista depende de norma federal, sendo de competência da União, e como expressão cultural e patrimônio do nosso país já faz parte da base curricular nacional comum do ensino básico.”

A Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação sugeriu veto total ao Projeto (fls. 52), ou “(...) a sanção tão-somente do artigo 8º da propositura, caso o Excelentíssimo Senhor Prefeito conclua pela possibilidade de criação de mais uma data comemorativa para a capoeira, ainda que em desconformidade com a Semana da Capoeira consoante estabelecida pela Lei nº14.485/07, que finaliza no feriado da Consciência Negra (Lei nº13.707/04)” (fls. 52).

A Comissão exarou parecer **contrário** (fl. 53).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: parecer favorável (fl. 54).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O artigo 6º, inciso I, e o artigo 7º implicariam novas despesas de caráter continuado com a contratação de capoeiristas (no caso da inclusão da capoeira na grade curricular como determina o artigo 7º e o inciso I do art. 6º que torna privativa do capoeirista o ensino da capoeira em instituições de ensino);

- dada as atividades privativas estipuladas no artigo 6º e seus incisos, podem ocorrer novas despesas de caráter continuado em relação à fiscalização de estabelecimentos de ensino, academias e outros estabelecimentos relacionados à prática deste tipo de atividade.

Ou seja, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos de seu valor e da existência de previsão orçamentária. Ressalte-se que a exigência estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal referente a demonstrativos que mostrem tais dados situa-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, razão de ser dessa norma, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, e, do Regimento Interno:

Regimento Interno

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Os demais itens, em tese, implicam em despesas normalmente previstas (como a criação do Dia da Capoeira ou a promoção dessa atividade, que segundo resposta aos quesitos da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, já ocorre).

Consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da

despesa será acompanhado de:

I - **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 16 - ...

....

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das **premissas e metodologia de cálculo** utilizadas.

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 17 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a **estimativa** prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de **comprovação** de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 4º ...

.....

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A **comprovação** referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

☐ **sim** ☒ **não**

Elaboração: Sidney Richard Sylvestre - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
O PROJETO DE LEI Nº 370/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Jair Tatto e Vavá, visa dispor sobre a regulamentação da atividade de mestre de capoeira.

De acordo com o proposto, ficam reconhecidas como profissões as atividades de capoeira nas modalidades luta e esporte, tornando privativo do capoeirista profissional, dentre outras atividades, o desenvolvimento com crianças, jovem adultos das atividades esportivas e culturais que compõem a prática da capoeira em estabelecimentos de ensino e em academias, ministrar aulas e treinamento especializado em capoeira para atletas de diferentes esportes, instituições ou academias, avaliação e supervisão dos

praticantes da modalidade, a elaboração de informes técnicos e científicos nas áreas de atividades físicas e do desporto ligados à capoeira.

A propositura determina, ademais, que as unidades de ensino fundamental e médio deverão integrar em sua grade curricular a prática da capoeira nas modalidades de luta, dança, cultura popular e música, além de atribuir aos órgãos públicos a promoção da prática da modalidade e a criação do Dia Municipal da Capoeira e do Capoeirista, a ser comemorado, anualmente, no dia 12 de setembro.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

22) PL 475/2013 Ver. ABOU ANNI (PV)		Votação		
		Favor	Contra	Abst.
ALTERA A LEI Nº 13.207, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2001, PARA DISPOR EXPRESSAMENTE QUE A ATRIBUIÇÃO DA ORIENTAÇÃO E AUXÍLIO AOS USUÁRIOS DOS ÔNIBUS QUE INTEGRAM O SISTEMA DO TRANSPORTE COLETIVO DO MUNICÍPIO COMPETE AO COBRADOR DE TARIFA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
	Ver. OTA (PROS)	-	-	-
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)				
Parecer: FAVORAVEL				

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão em 10/06/2015.

ASSUNTO: altera a Lei nº 13.207, de 09 de novembro de 2001, que dispõe sobre a orientação e o auxílio ao usuário dos ônibus que integram o sistema de transporte coletivo do Município e dá outras providências, para dispor expressamente que a atribuição da orientação e auxílio aos referidos usuários compete ao cobrador de tarifa.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 39).

Comissão de Administração Pública: parecer favorável (fls. 40-41).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável (fls. 42-43).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

A propositura não tem impacto orçamentário-financeiro no atual arranjo institucional do sistema de transporte por ônibus, uma vez que não altera a estrutura de custos das empresas de ônibus nem demanda novos serviços por parte do Poder Público. Todavia, é de se ressaltar que a redução dos custos das empresas de ônibus poderia reduzir os aportes do Município à conta de subsídio ao sistema de transporte, liberando recursos para aplicação em outras áreas.

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 475/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Abou Anni, visa alterar a Lei nº 13.207,

de 09 de novembro de 2001, que dispõe sobre a orientação e o auxílio ao usuário dos ônibus que integram o sistema de transporte coletivo do Município, e dá outras providências, para dispor expressamente que a atribuição da orientação e auxílio aos referidos usuários compete ao cobrador de tarifa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

23) PL 565/2013	Ver. JULIANA CARDOSO (PT)	Votação			
DENOMINA PRAÇA JOSÉ CASIMIRO DA SILVA, O LOGRADOURO PÚBLICO INOMINADO LOCALIZADO NA CONFLUÊNCIA DAS SEGUINTE RUAS: RUA AGRESTE DE ITABAIANA, RUA ANTÔNIO OLÍMPIO, RUA CRSITALÂNDIA DO PIAUÍ, RUA SILVIO RIBEIRO DOS SANTOS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão em 10/06/2015.

ASSUNTO: denomina Praça José Casimiro da Silva, o espaço livre inominado delimitado pelas ruas Agreste de Itabaiana, Antônio Olímpio e Cristalândia do Piauí.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitou informações ao Executivo (fl.25), com respostas às folhas 27 a 30. Exarou parecer pela legalidade, com apresentação de substitutivo "a fim de adequar o texto do projeto à melhor técnica legislativa, bem como para atender a proposta enviada pelo Executivo (...) que sugere a inclusão de dados para a caracterização correta do logradouro" (fls. 31/32).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl.33)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl.34)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Caso aprovado, o projeto gerará despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo / Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo / Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 565/2013

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Juliana Cardoso, visa denominar Praça José Casimiro da Silva o espaço livre inominado delimitado pelas ruas Agreste de Itabaiana, Antônio Olímpio e Cristalândia do Piauí.

Comissão de Finanças e Orçamento
Pauta da 15ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 17/06/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, com apresentação de substitutivo “a fim de adequar o texto do projeto à melhor técnica legislativa, bem como para atender a proposta enviada pelo Executivo (...) que sugere a inclusão de dados para a caracterização correta do logradouro”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, é, portanto, o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

24) PL 846/2013	Ver. TONINHO PAIVA (PR)	Votação			
ALTERA A LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA NELA INCLUIR O DIA MUNICIPAL DO LARINGECTOMIZADO, A SER COMEMORADO, ANUALMENTE, NO DIA 11 DE AGOSTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Relator: Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão em 10/06/2015.

ASSUNTO: altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, para nela incluir o “Dia Municipal do Laringectomizado”, a ser comemorado, anualmente, no dia 11 de agosto.

O projeto define ainda que o objetivo da data é promover a detecção precoce do câncer de laringe, divulgando para a população as formas de prevenção e tratamento disponíveis que visem reabilitar o paciente, integrando-o à vida familiar, social e laboral, propiciando assistência especializada sistematizada e de natureza interdisciplinar, bem como viabilizar programas educacionais, seminários, palestras, reuniões de apoio, entre outros, necessários ao processo terapêutico, de forma a resgatar o retorno à vida, pois “Comunicação é um direito”.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls.12).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável (fls.13).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto implica despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 846/2013

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Toninho Paiva, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas,

eventos e feriados do Município de São Paulo, para nela incluir o “Dia Municipal do Laringectomizado”, a ser comemorado, anualmente, no dia 11 de agosto.

A propositura define ainda que o objetivo da data é promover a detecção precoce do câncer de laringe, divulgando para a população as formas de prevenção e tratamento disponíveis que visem reabilitar o paciente, integrando-o à vida familiar, social e laboral, propiciando assistência especializada sistematizada e de natureza interdisciplinar, bem como viabilizar programas educacionais, seminários, palestras, reuniões de apoio, entre outros, necessários ao processo terapêutico, de forma a resgatar o retorno à vida, pois “Comunicação é um direito”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

25) PL 211/2014 Ver. TONINHO VESPOLI (PSOL)		Votação			
DENOMINA PRAÇA CLARA ALVES DA SILVA, A PRAÇA SEM NOME SITO ENTRE AS RUAS BAIA DE SÃO JOSÉ, ALT. DO Nº 324 E R. DR. ARAÚJO DE CASTRO, ALT. DO Nº 159, SUBDISTRITO DE JARDIM PERI SUBPREFEITURA DA CASA VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB) Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: denomina Praça Clara Alves da Silva, a praça sem nome situada entre as Ruas Baia de São José, alt. do nº 324, e Dr. Araujo de Castro, alt. do nº 159, Subdistrito de Jardim Peri, Subprefeitura da Casa Verde.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitou informações ao Executivo (fls. 33), com resposta a fls. 34/38.

Essa Comissão exarou parecer pela legalidade (fls. 39/40), apresentando substitutivo “o qual visa unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo” (fls. 39).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 41).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 42).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas. Contudo, há necessidade de novo substitutivo, tendo em vista equívoco de redação na ementa (fls. 39 – “**especificada**”) e no art. 1º (fls. 40 – nome da Rua Dr. Araújo Castro e não Araujo, conforme fls. 35) do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo – Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 211/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Toninho Vespoli, visa denominar Praça Clara Alves da Silva, a praça sem nome situada entre as Ruas Baía de São José, alt. do nº 324, e Dr. Araujo de Castro, alt. do nº 159, Subdistrito de Jardim Peri, Subprefeitura da Casa Verde.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “o qual visa unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. Contudo, tendo em vista equívoco redacional na ementa e no art. 1º do substitutivo referido, apresentamos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 211/2014

Denomina Praça Clara Alves da Silva o logradouro público denominado que especifica, situado no Distrito da Cachoeirinha, Subprefeitura da Casa Verde/Cachoeirinha, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica denominado Praça Clara Alves da Silva o espaço livre delimitado pelas Ruas Baía de São José e Dr. Araújo Castro (Setor 108 - quadras 99 e 105), no Distrito da Cachoeirinha, Subprefeitura da Casa Verde/Cachoeirinha.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

26) PL 466/2014 Ver. CALVO (PMDB)		Votação			
DISPÕE SOBRE A EMENDA DA LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, COM O FIM DE INCLUIR NOVO INCISO AO ARTIGO 7º DESSA LEI PARA INSTITUIR A QUINZENA DO NAUTIMODELISMO, QUE OCORRERÁ NAS DUAS PRIMEIRAS SEMANAS DO MÊS DE OUTUBRO, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					
Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão em 10/06/2015.					

ASSUNTO: altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com o fim de incluir, no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo, a Quinzena do Nautimodelismo, que ocorrerá nas duas primeiras semanas do mês de outubro, podendo ser realizados campeonatos nos parques públicos que disponham de lago, sendo ato discricionário do Poder Executivo a concessão dos espaços públicos; atividades de fomento ao nautimodelismo poderão ser desenvolvidas pelas associações do segmento.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 10/11), com apresentação de substitutivo “a título de aperfeiçoamento do projeto de Lei em análise, adaptando-o às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998” – fls. 10 (o substitutivo exclui a possibilidade de realização de campeonatos).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 12).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Na forma do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo – Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**
PROJETO DE LEI Nº 466/2014

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Calvo, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com o fim de incluir, no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo, a Quinzena do Nautimodelismo, que ocorrerá nas duas primeiras semanas do mês de outubro.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “a título de aperfeiçoamento do projeto de Lei em análise, adaptando-o às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Requerimento

27) REQ. FIN 38/2015	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)
----------------------	---------------------------

Data do Requerimento: 16/06/2015	
----------------------------------	--

REQUEIRO a douta Comissão de Finanças, na pessoa de seu Presidente Nobre Vereador Police Neto, que nos termos regimentais, seja convidado o Diretor de Fiscalização do Departamento de Transportes Públicos de São Paulo, Engenheiro Renato Pinto Coelho bem como os demais fiscais lotados neste departamento, em data a ser agendada, a fim de prestar esclarecimentos nesta Comissão acerca das apreensões e fiscalizações da frota de veículos clandestinos da Cidade.

Comissão de Finanças e Orçamento
Pauta da 15ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 17/06/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

	Votação			
		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
	Ver. OTA (PROS)	-	-	-
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-